



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2017, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2017, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, conforme Edital de Convocação publicado aos seis dias do mês de setembro, no Diário Oficial do Município de número cento e setenta, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, sob a Presidência do Vereador Thiago Ferro, para os Poderes Executivo e Legislativo realizarem a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de dois mil e dezessete. O SR. PRESIDENTE:- Encerrada a Ordem do Dia. Passamos ao horário destinado à Audiência Pública de prestação de contas quadrimestral, em que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrarão e avaliarão o cumprimento das metas fiscais. Convido para assumir a Mesa o Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Thiago Ferro, demais membros, a Sra. Aline Bogo - Diretora Financeira da Câmara e o Secretário Vitor Puppi. Também registro a presença do nosso Diretor Geral, Sr. Nilton Cordoni.- Assume a presidência o Vereador Thiago Ferro.- O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos, Vereadores, todos os que participam conosco nos acompanhando pela internet e pelas redes sociais. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo, demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2017. De acordo com o que determina o § 4º, do Art. 9º, da Lei Complementar Federal nº101 de 04/05/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 62-A da Lei Orgânica. Essa audiência terá duração de 2h, com o início às 9h52min e término para 11h52min. Gostaríamos de receber as autoridades aqui a Mesa, o Secretário de Finanças do Município - Vitor Puppi, também a Aline Bogo - Diretora de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Curitiba, bem como os Vereadores que fazem parte da Comissão de Economia. Sabemos que não há lugar para todos, mas, por favor, quem quiser compor à Mesa conosco aqui em cima é bem-vindo. Professora Josete, venha contemplar à Mesa com a sua presença, por favor, o Vereador Paulo Rink, se quiser vir. Esclarecemos que por uma questão de espaço não puderam todos os membros fazer parte da Mesa, mas agradecemos a todos os Vereadores que fazem parte da Comissão: Vereadores: Bruno Pessuti, Sabino Picolo, Ezequias Barros, Paulo Rink, Mauro Ignácio, Mauro Bobato e Dr. Wolmir, muito obrigado. O nosso roteiro iniciará com a Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças, quanto a gestão do Poder Legislativo, depois a explanação do Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças, a respeito dos relatórios do Poder Executivo e, posteriormente, a concessão da palavra aos presentes. Iniciando pelos Vereadores

que fazem parte da Comissão Permanente de Economia, depois pelos demais Vereadores inscritos e finalizando os visitantes que se inscreverem também terão a palavra, sendo limitada em dois minutos para os seus questionamentos. Solicito que façam a inscrição com o Vice-Presidente, Vereador Mauro Ignácio. De imediato, concedemos a palavra à Sra. Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças desta Casa de Leis, por quinze minutos.- A SRA. ALINE BOGO:- Sr. Vereador Thiago Ferro, quero cumprimentar e estender o cumprimento aos demais membros da Comissão de Economia, assim como os demais Vereadores. Dar as boas-vindas a toda a equipe da Prefeitura, ao Secretário Vitor Puppi e a sua equipe do Orçamento, das Finanças e também a todos que estão presentes nesta audiência. Chegamos a mais um quadrimestre. Esta audiência tem o objetivo de demonstrar os valores das despesas do Legislativo no período de janeiro a agosto de 2017, já consolidando os dados, cumprindo assim o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e também a nossa Lei Orgânica. O orçamento fixado para a Câmara Municipal de Curitiba, neste ano, foi de cento e quarenta e oito milhões, setecentos e setenta e oito mil reais. Um orçamento que deste valor já foi recebido e transferido do Executivo, por interferência financeira, noventa e nove milhões e com os rendimentos das aplicações, conseguimos um rendimento de um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil reais, valor este que é mensalmente transferido à Prefeitura Municipal de Curitiba. Nesses oito meses do exercício, nós temos: despesas empenhadas, neste ano, setenta e um milhões, duzentos e doze mil reais, representando 47,86% do nosso orçamento. Despesa liquidada, sessenta e cinco milhões, cinquenta e oito mil reais, representando 43,73%; e a despesa paga, sessenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e seis mil reais. A principal despesa da Câmara, a maior delas, está no grupo da despesa de pessoal. Para esse grupo foi orçado para o ano o valor de cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil reais, que já foi realizado cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e quatro mil. Esse valor representa do total empenhado 83,8% de tudo que foi empenhado de janeiro a agosto. Esse grupo está assim distribuído, temos com vencimentos e vantagens fixas, onde entram os salários, subsídios e gratificações, um orçamento de noventa e seis milhões, duzentos e quarenta e seis mil e um valor empenhado de quarenta e oito milhões, quinhentos e dezessete mil. Obrigações patronais, que entram todos os repasses feitos ao INSS, IPMC, ICS, Fundo de Garantia e outras entidades, um valor orçado de vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil, e um valor empenhado de dez milhões, cento e oitenta e quatro mil. Um valor de indenizações orçado de sete milhões e duzentos e empenhado, um valor quatrocentos e cinquenta e três mil, cento e oitenta e três. Um desdobramento que são "outras despesas de pessoal", um valor orçado de quatrocentos e vinte e um mil e foi realizado nove mil, quatrocentos e trinta. Aqui eu trouxe o "grupo pessoal" de uma forma mais desdobrada, para que a gente consiga enxergar a separação que temos nas duas ações dentro do Legislativo, que é a ação de manutenção da atividade administrativa e a ação de manutenção da atividade político parlamentar. Com vencimentos temos, vencimento dos efetivos: dezesseis milhões e setenta e oito mil, na administração e seiscentos e dezanove mil, relativos aos efetivos que estão lotados nos gabinetes. O valor com subsídios, quatro milhões, trezentos e dezanove mil. Vencimento dos comissionados na administração: trezentos e noventa e cinco mil e setenta e nove e nos gabinetes, dezanove milhões, cento e seis mil. Gratificação por exercício de função, na administração, um milhão, oitocentos e noventa e seis mil; nos gabinetes, noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e dois. Gratificação por tempo de serviço, na administração, três milhões, cento e oitenta e quatro mil e na atividade política, cento e quarenta mil. Férias e décimo terceiro, salário pagos até agosto, lembrando que em junho foi paga a primeira parcela. Na administração, um milhão, seiscentos e quinze e na atividade política, um milhão e sessenta e cinco. Indenizações de aposentadoria, que são referentes a indenização de férias e licença-prêmio dos servidores efetivos que se aposentam. Temos um total de quatrocentos e sete mil, trezentos e dez reais e "outras indenizações diversas", quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e dois. Ainda o valor com "outras despesas de pessoal", de nove

mil, quatrocentos e trinta e vinte e três, totalizando os cinquenta e nove milhões, cento e sessenta e quatro mil, que foram gastos com pessoal nesses dois quadrimestres. Aqui a despesa de pessoal representada num gráfico, num total de cinquenta e nove milhões, onde 48% representam os efetivos e 41,69% os comissionados. Já integram esses valores as obrigações patronais. Temos 8,69% de subsídios e 0,77% são indenizações e um valor menor de 0,02% de "outras despesas de pessoal". Outros dois grupos de despesas que temos no Legislativo, são as despesas de capital, que são os investimentos, que temos um valor orçado de três milhões. Foi realizado cento e dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove. Valor de equipamento e material permanente, aqui a principal despesa foi com equipamentos de informática e obras e instalações foram com estudos e projetos. Tivemos um projeto para elaboração do sistema de proteção de descargas atmosféricas, os nossos para-raios, cuja obra já foi licitada. Também fiscalização da obra do ar condicionado, de acessibilidade, estão todas incluídas nesse gasto. O valor maior desse orçamento será realizado agora no último quadrimestre, que temos duas obras previstas, a do SPDA e também um projeto que foi aprovado no Corpo de Bombeiros, que precisamos realizar a obra para adequar os prédios, de acordo com a legislação do Corpo de Bombeiros. "Outras despesas correntes", temos benefícios assistenciais, com um valor orçado de dois milhões, quinhentos e vinte e nove, e um valor empenhado de um milhão, cento e setenta e cinco. Aqui estão incluídos o auxílio creche, auxílio funeral e auxílio saúde. Despesa com material de consumo, dois milhões, oitocentos e oitenta e nove mil; um valor realizado de quatrocentos e dezessete mil, trezentos e onze. Locação de mão de obra, que são os serviços terceirizados, um valor orçado de cinco, trezentos e cinquenta, e realizado de três milhões, seiscentos e setenta e sete. Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, orçado em oito milhões, trezentos e oitenta e quatro, e realizado seis milhões, quinhentos e setenta e quatro. Outras despesas correntes, setecentos e sessenta e sete mil, e foi realizado oitenta e quatro mil, novecentos e dez. Esse gráfico traz a totalidade da despesa empenhada nos dois quadrimestres, que totaliza setenta e um milhões, duzentos e doze. A despesa de pessoal representa 83,08%; serviços, 14,4%; 0,75% são bens; e 1,77% são outras despesas. Aqui trouxemos os valores realizados com a liquidação no contrato que a gente tem com a agência de viagens, de passagens e hospedagens. Foi gasto um total com viagens, nos dois quadrimestres, de vinte e quatro mil, cento e setenta e oito; sendo que desse valor diárias representam quatro mil, novecentos e dez; passagens, dezesseis mil, trezentos e dez; hospedagens, dois mil, novecentos e cinquenta e oito. Do total dos vinte e quatro mil, vinte e dois, novecentos e vinte é de Vereadores e assessores; mil duzentos e cinquenta e oito por servidores do Legislativo. Trouxe aqui os principais contratos que temos em relação aos bens de consumo, do valor que foi liquidado nos dois quadrimestres. Contratos que temos com água mineral, copos descartáveis, café, açúcar, leite, chá, gás, num total de noventa e quatro mil, cento e vinte e oito, sendo que são diversos fornecedores. Um contrato que temos com combustível, duzentos e dez mil, setecentos e noventa e nove; já foi feita licitação, pois esse contrato vence agora em outubro. A nova licitação vai ter um modelo diferente, com cartão, então a gente vai poder abastecer em mais de um posto de combustível. Contratos que temos com materiais de reposição dos banheiros, sabonete, papel toalha e papel higiênico, com um total gasto, no quadrimestre, de trinta mil e cem. Contratos que temos com serviços. Aqui eu trouxe os principais, os mais representativos. O valor gasto com a Sanepar, sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e três; um contrato de clipping, da Diretoria de Comunicação, de quarenta e sete mil. Gasto com energia elétrica, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte e sete. Locação de noventa e quatro impressoras, com a empresa Interativa, duzentos e onze mil, novecentos e noventa e sete. Contrato com o CIEE, de integração de estagiários, representando quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e oitenta e seis. Dois links de Internet, um com a OI e outro com a Claro, de cento e trinta e três mil, seiscentos e quarenta e seis; e gastos com impressos diversos, vinte e oito mil, trezentos e sessenta, com a empresa Impressoart. Temos um contrato de locação de equipamentos telefônicos

com a empresa Tricorp, no valor de cento e oitenta e seis mil, cento e quatro; locação de veículos, com a Locadora Santa Cruz, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e quatro. Manutenção de bens imóveis, principal gasto com a empresa Impac, que faz a manutenção predial dos nossos edifícios, e tem também um contrato com a Tissen, de elevadores, totalizando a manutenção em oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e cinco. Manutenção de máquinas e equipamentos. Tem manutenção de câmeras, de catracas, bombas de recalque, com diversos contratos que totalizam vinte e três mil, setecentos e dezoito. Contrato de manutenção de software com a empresa Elotec, de todos os softwares da administração, duzentos e dezoito mil, duzentos e trinta e sete, liquidação nos oito meses. Um gasto com telefone, oitenta mil, setecentos e dezenove; e com postagens, trinta e um mil e setecentos. Valor liquidado com os contratos de terceirização de mão de obra. Vigilância, valor liquidado de um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, até julho foi a Empresa Fiel, este ano foi licitado novamente esse contrato e quem ganhou foi a Empresa EmBrasil, que entrou a partir do mês de julho. Contrato de limpeza, copa e outros serviços, aqui entram as recepcionistas e os controladores de acesso, são com a Empresa Higiserv. Limpeza, um total de seiscentos e vinte e nove mil reais; copa, cento e sessenta e dois mil, cento e trinta e nove reais; recepcionistas, trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove reais. As nossas liquidações com as obras nos dois quadrimestres. Com a Empresa TermoSul que fez toda a instalação de sistema de ar condicionado, um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil reais, o total do contrato é de um milhão e setecentos mil reais; e a obra de acessibilidade, o valor total pago da obra, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais. Em relação ao limite fixado na Emenda Constitucional 25 de 2000, onde fala que a Câmara só pode gastar 70% da sua receita com folha de pagamento. Segundo o entendimento do Tribunal essa receita seria o valor total que a Câmara tem o direito de receber do Executivo. Seria 4,5% da receita de impostos e transferências constitucionais apuradas do exercício anterior, que totalizaria para este ano cento e oitenta e um milhões, oitocentos e dez mil reais. O nosso orçamento foi fixado em cento e quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e oito mil reais. Mas, 70% dessa receita máxima representaria cento e vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e sete mil. Temos uma despesa total de pessoal de cinquenta e nove milhões, mas a despesa com folha de pagamento, excluindo as obrigações patronais, ficou em quarenta e oito milhões, novecentos e oitenta mil, representando 32.92% do orçamento e 26.94% da receita total. Acredito que até o final do ano chegaremos a uns 40%. Então, estamos bem abaixo do nosso limite. Em relação à Lei Complementar 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, onde determina que da receita corrente líquida 60% pode ser usado como despesa de pessoal, fixado então que 6% é para o Poder Legislativo e 54% é para o Poder Executivo. Importante dizer que essa é uma apuração móvel. A receita corrente líquida é apurada no exercício contemplando os últimos doze meses. Então, é uma receita apurada de setembro de 2016 até agosto de 2017, assim como a despesa de pessoal. A receita corrente líquida apurada pelo Município é de cinco bilhões, setecentos e noventa milhões. A despesa líquida de pessoal da Câmara, excetuando os dois milhões, novecentos e quarenta e três mil com indenizações, ficou em noventa e cinco milhões, quinhentos e noventa e seis mil, representando 1,65% da receita corrente líquida. É onde nosso limite máximo é de 6%, temos um limite de alerta de 5,4%, mas estamos abaixo de todos os limites. Lembrando que foi incluído um limite novo na Lei Complementar 101, Municipal, que é o de 5,55%. Demonstrado que a Câmara está dentro de todos os seus limites e da previsão do gasto do último quadrimestre. Não temos como ultrapassar. A receita corrente líquida, o percentual cresceu um pouquinho em função da retirada do FUC, da apuração do cálculo da receita corrente líquida. Eu agradeço a atenção de todos, muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado Aline. Vamos separar o tempo de perguntas agora, começando pela Comissão de Economia, Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos. Duas situações que eu queria destacar. Primeiro, em relação à estrutura aqui dos nossos prédios. Em relação a este prédio histórico e acho que é

um aspecto que a Aline não possa responder, mas acho que fica a reflexão aqui para a Mesa Executiva. Hoje temos um acesso limitado da população para participação tanto das Sessões como de Audiências Públicas. Mesmo no anexo II temos um auditório inadequado, sem saída de incêndio. Então, acredito que temos que pensar, dentro do que foi colocado aqui, que estamos com as contas equilibradas. Acho que constituir recursos para a construção de um novo prédio, principalmente para a garantia da participação da população nas Audiências Públicas e nas Sessões. Gostaria de saber, em relação ao contrato que não sei se entrou naquele contrato maior ali para manutenção de bens e móveis, era uma rampa foi substituída por uma escada, acesso ao Anexo II, e instalado um novo elevador. Gostaria de saber qual a previsão para o término dessa obra, porque o toldo teria que ser erguido e mesmo dúvidas em relação a quem é responsável pela operação do elevador, porque estes dias tivemos dificuldades, estava chovendo, nós com várias caixas e não tinha quem operasse, tinha que chamar a empresa para operar o elevador. Então, como está isso no contrato? Em relação ao gasto com pessoal, pelo que você colocou Aline, hoje a Câmara gasta 40%, poderia gastar 70% com pessoal. Fica aqui a nossa reivindicação de concurso público para equipes técnicas nas Comissões, que é uma velha discussão que trago, principalmente para Comissão de Economia e Legislação, que acho que são comissões que precisam de assessoria técnica, qualificada para que cumpramos o nosso papel.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Quero parabenizar o Vereador Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto), que preside esta Câmara com bastante austeridade. No momento de crise que vivemos hoje, fazendo o exercício para poupar os recursos públicos que, eventualmente, poderão ser utilizados para o benefício de toda a população. Quero parabenizar toda equipe do DAF, da Diretoria de Administração Financeira. Foi falado de todos os contratos que foram revistos, a redução dos custos, mas também a baixa quantidade de investimentos que fizemos, ainda sabendo da necessidade que temos de fazer investimentos, esse momento de austeridade tem feito com que a Câmara economizasse isso, tendo em vista um benefício que pode ser feito para toda a população, eventualmente com os recursos economizados. Então, parabéns Aline, parabéns ao Sérgio Balaguer pela conduta e ao Diretor Geral, Nilton Cordoni, pela administração da Casa.- O SR. PRESIDENTE:- Concedo a palavra a Vereadora Noemia Rocha.- A Sra. Noemia Rocha:- Parabéns Aline pela explanação e esclarecimento. Gostaria de saber Aline, sei que a porcentagem de repasse é de quatro e meio, mas quanto é que está hoje o repasse. E percebemos, enquanto Prefeitura, é claro que é, como você dar uma mesada para o seu filho, se ele fica devolvendo, Secretário Puppi, demonstra que não está precisando. Mas eu penso que em relação ao duodécimo: Qual a probabilidade e quanto vai ser e, com certeza, será devolvido o duodécimo. Não existiria um mecanismo na nossa Casa, porque temos servidores na Casa e temos uma questão de vale refeição. Parece-me que a senhora já fez um impacto financeiro em relação ao vale refeição, que poderia ser utilizado aqui nesta Casa, para atender os servidores e, em especial, os que trabalham aqui no Plenário, que têm uma sistemática de horário bem diferenciada. Então, gostaria de saber se isso é possível, se temos como fazer uma alínea que possa fazer essa questão de atuação e parabenizar o Presidente desta Casa, a Mesa Diretiva, pela economia. Aline, gostaria de saber se existe essa possibilidade ou se o duodécimo, se pudéssemos fazer como os outros presidentes fizeram, um direcionamento, por exemplo, para hospitais, que pudéssemos valorizar e atender até uma demanda das Finanças, até em relação a atrasos. Enfim, que a gente possa, enquanto Casa, numa ação da Casa, fazer um direcionamento. Muito obrigada.- O SR. PRESIDENTE:- Sra. Aline Bogo.- A SRA. ALINE BOGO:- Respondendo primeiro à Professora Josete, em relação a estrutura dos prédios. Essa Comissão Executiva deliberou por, no 1o semestre, fazer uma revisão de todos os nossos contratos. Vimos que o valor do investimento está baixo, mas agora, tendo definido e tendo feito algumas economias, vamos partir para os investimentos. Acabamos de licitar uma obra, do SPDA, e vamos licitar uma outra que é referente a adequações do Corpo de

Bombeiros, onde vão ser construídas escadas, caixas d'água e outras adaptações. Em relação a obra da rampa do Anexo II, fizemos para adequar a questão de acessibilidade. Por isso foram colocadas aquelas duas plataformas, uma no Anexo I e outra no Anexo II. A empresa que fez a obra não é a mesma que faz a nossa manutenção predial rotineira. Nós temos a Empac, que faz a manutenção, toda a parte de elétrica, hidráulica, conforme as demandas, conforme as necessidades. Foi a Empac que fez a pintura. Mas, essa obra foi feita pela empresa Paqt Engenharia, e ela já foi concluída. O toldo não foi incluído no projeto pela empresa que fez o projeto, mas acabamos de empenhar a adequação do toldo. Ele já está empenhado e estaremos adequando a partir da próxima semana, para elevá-lo. Não sei se respondi a pergunta em relação aos edifícios, seria isso? O elevador, eu sei que tem uma regulamentação. Por exemplo, se uma pessoa fica presa, não pode um funcionário da Câmara abrir o elevador, tem que vir a empresa especializada para abrir. Mas a Diretoria responsável pela fiscalização do contrato é o DPSA. Em relação a ocupação do Palácio, contratamos um laudo, no mês de julho, da empresa Norimasa. Esse laudo concluiu que não há problemas estruturais mais sérios, então, foi aumentada um pouco a capacidade de pessoas na parte inferior do Palácio. Em relação ao nosso limite de pessoal, que estamos em 40%, só lembrando que não é despesa total, é despesa com folha de pagamento, estamos agora verificando como vai ficar esse limite em relação a Lei Complementar Municipal, onde fala dos 80% do crescimento da Receita Corrente Líquida. Esse é um outro limitador que vamos ter que cuidar, a partir do último quadrimestre, para poder adequar a despesa de pessoal. Eu agradeço ao Vereador Bruno Pessuti pelas palavras. Em relação às perguntas da Vereadora Noemia Rocha, o valor máximo que a Câmara pode ter de orçamento seria 4,5%, de acordo com a Constituição, em relação a receita apurada de impostos e transferências constitucionais do exercício anterior. No exercício de 2017 esse valor ficou em 3,68%, não chegou a 4% e nem a 4,5%. Em relação ao valor que provavelmente vai sobrar, em relação ao orçamento deste ano, ainda não temos o valor. Estimamos que será na mesma proporção dos exercícios anteriores.- A Sra. Noemia Rocha:- No exercício anterior foi de dezenove milhões.- A SRA. ALINE BOGO:- Foi um pouco mais. Acredito que vai ser entre vinte e cinco e trinta milhões. Isso vai depender também do valor da licitação da obra que vai ter no 3o quadrimestre. Em relação ao direcionamento dessa sobra, quando nós devolvemos, até por questões contábeis, isso é receita de fonte livre. Então, isso não pode ir como uma fonte vinculada, até porque a Câmara só tem duas fontes de recurso. Nós tínhamos três, uma era do Fundo, e agora temos duas fontes de recursos, que uma é a fonte livre, que é onde volta esse valor para a Prefeitura. Então, o uso desse valor na Prefeitura não pode ser direcionado de forma contábil pela fonte de recurso. Vai depender da Prefeitura, de ver as necessidades e fazer as suplementações e anulações no orçamento. Em relação a usar esse valor em benefício dos servidores, o que não for empenhado no exercício, é preciso devolver, já que não temos mais o Fundo. Nós extinguímos o Fundo, antes a sobra poderia ser depositada nesse Fundo para usar com despesa de capital, o Fundo era exclusivo para isso, mas agora essa sobra temos que devolver. Não podemos ficar com uma sobra, porque vamos empenhar no exercício seguinte, prevendo um crescimento em exercícios futuros. Isso não pode ser feito. Em relação ao vale-alimentação, eu sei que foi pedido um estudo, o Vereador Bruno Pessuti foi um dos que pediu, o RH fez o impacto, através da Diretora Ana Cláudia, e isso está sendo analisado pela Comissão Executiva.- A Sra. Noemia Rocha:- É possível, então, criar um fundo para essas questões? A SRA. ALINE BOGO:- Dá para criar um fundo. Daí teria que passar por aprovação no Plenário.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, Vereador Sérgio Balaguer, Presidente desta Casa.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Obrigado Vereador Thiago Ferro, que preside esta Audiência. Faço uma saudação especial à Aline, a todos os diretores presentes e aos servidores da Câmara. Gostaria só de fazer um conjunto de informações, até complementando algumas informações que a nossa Diretora elencou. Desde o início do ano, quando assumimos a presidência, em conjunto com os Vereadores Bruno Pessuti e Mauro Ignácio, a Mesa Executiva, e os

demais Vereadores da Mesa Diretiva, Vereadora Julieta Reis, Vereadores Tico Kuzma, Toninho da Farmácia e Cristiano Santos, adotamos algumas posturas num conceito da economicidade da Câmara. Entendemos que a Câmara precisa ter a sua atividade plena e tem que estar funcionando administrativamente e politicamente, porém, adotamos alguns critérios que entendemos que, nesse primeiro momento, com relação a uma questão financeira que passa o País, a Câmara também deve colaborar com a Cidade através da sua austeridade. Todos os contratos que foram possíveis nós repactuamos. Em alguns contratos, tivemos êxito em redução de até 30%, como é o caso da locação dos veículos. Hoje, os veículos da Câmara custam, em média, quarenta e oito reais e dezesseis centavos por dia a locação. Não existe uma locação no Brasil menor que esta. E isso foi numa repactuação de contrato que fizemos, juntamente com a administração da Câmara. Recentemente, também estamos modificando, a partir do mês que vem, a forma desse abastecimento, não será mais com guias e sim com cartão. Também diminuimos a taxa de administração, que terá um custo menor ao abastecer os veículos da Câmara. Passagens e diárias também com um critério muito propositivo, para quando os Vereadores precisam estar em algum evento representando a Câmara, também reduzimos drasticamente. Isso eu falo porque, se formos comparar com as outras administrações, estamos à frente. Eu gosto também de fazer esse comparativo. No primeiro semestre fizemos uma prestação de contas, estamos fazendo a prestação de contas, e é importante frisar isso. Tivemos investimento em software, porque o eSocial, a partir do ano que vem, exige que a Câmara comunique o conjunto de encargos sociais e assistência social, aos órgãos, todas as informações que o eSocial exige; e o nosso sistema foi atualizado. Mantivemos todos os contratos que a gestão passada havia feito o edital de licitação e estavam em curso, como é o caso do sistema de ar e também as adequações no sistema de mobilidade. Tivemos que manter o contrato, não podíamos quebrar o contrato e sim cumprir o contrato estabelecido. Portanto, estamos conversando com todas as Diretorias para fazermos um planejamento estratégico na Câmara. A Câmara não tinha um planejamento estratégico até então. Estamos apurando a curto e a médio prazo para sabermos os impactos financeiros que a Câmara tem e possíveis melhoras. Por exemplo, a construção de um prédio. Faremos uma discussão muito responsável com todos os Vereadores da necessidade. Hoje temos quatro portarias, com a construção de um prédio novo se reduziria para uma. Também fizemos demissão de terceirizados onde pudemos fazer uma economia e alguns ajustes, dispensando serviço terceirizado na Câmara. Esse foi um esforço que fizemos enquanto Presidente e Mesa Executiva. Foi um esforço muito grande. E a economicidade está dentro do conceito administrativo. É um conceito que adotamos como regra, não deixando de investir. Investimos menos. Portanto, o que é necessário, por exemplo, em questão de segurança e a recomendação do Corpo de Bombeiros, até respondendo à Vereadora Professora Josete, que a exigência da empresa que faz a manutenção do elevador, por norma do Corpo de Bombeiros, só ela que tem possibilidade de fazer a manutenção. Estamos pedindo autorização para esta empresa, que é uma multinacional que tem um contrato há anos com a Câmara, para que ela possa terceirizar a manutenção com outra empresa para termos um atendimento mais rápido na necessidade. Então, tem algumas questões que estamos elencando e na próxima reunião de líderes todos os Vereadores terão conhecimento, para que possamos trazer a público às medidas que serão tomadas. Em relação à economia de postagem, também mudamos a regra do sistema de compra de serviços de postagens. Também obtivemos uma grande economicidade neste item da Câmara. Então, são todas essas questões que ao longo de nove meses focamos para estar administrando a Câmara. Agradeço a Aline pela explanação e qualquer dúvida que os Vereadores tenham podem procurar a presidência, no dia a dia da Câmara estamos abertos a qualquer esclarecimento. Era isso. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado pelas informações, Presidente Sérgio Balaguer. Temos uma inscrição, Roberto Prebianca - Sigmuc.- O Sr. Roberto Prebianca:- Bom dia a todos. Meu questionamento primeiramente é em relação a não divulgação na

imprensa desta prestação de contas, haja vista que a Câmara está interditada. 'Segundamente', pelo o que você demonstrou numa planilha, o gasto com aluguel de impressoras remonta a quinhentos e quarenta e três reais por impressora. Este valor acredito que está acima do mercado, porque tínhamos uma locada por duzentos e cinquenta reais e se comprar uma impressora nova, consegue comprar por trezentos reais, ainda mais em grande quantidade. Problema de manutenção, por este preço de trezentos reais enquanto vocês pagam quase seiscentos. Se a impressora quebrar vocês podem doar para uma escola ou acabar o toner, ou seja, dá para comprar uma nova todos os meses. Terceiro questionamento, esse contrato de clipping da Diretoria de Comunicação, são carros que eles têm? Qual a utilização desse carro pela Diretoria de Comunicação? Para que é usado? E o último questionamento é em relação ao que o Presidente Serginho colocou, o aluguel dos carros quarenta e oito reais e trinta centavos por dia, totaliza, nos quatro anos, sessenta e nove mil reais. Eu acredito que com sessenta e nove mil reais dá para comprar um carro, sem precisar alugar. Até porque os Vereadores serão responsáveis, não vão ficar pulando meio-fio para ter que dar manutenção. Hoje os carros vêm com três anos de garantia, Vereador Pier Petruzzello, e se cuidar do carro não é um negócio que vai precisar fazer todo o ano. Então, é a respeito desses dados que eu gostaria que fosse mais detalhado. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE (Thiago Ferro):- Concedemos a palavra ao Vereador Goura.- O Sr. Goura:- Na verdade, de forma bem breve, como sugestão também à Mesa. A Aline apresentou o dado de manutenção de software, um pouco mais de duzentos e quarenta mil, senão me engano, que a Câmara estudasse a possibilidade de implantar um software livre aqui em todos os serviços de TI. Acho que é uma iniciativa que em diversas cidades, no setor público, especialmente, tem tido bons exemplos e temos uma equipe de TI aqui na Câmara muito competente, muito talentosa. Então, coloco aqui apenas como uma sugestão ao Presidente, à Mesa, que possamos fazer esse estudo e aproveitamento e economia.- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a participação. Aline, as respostas e as considerações finais.- A SRA. ALINE BOGO:- Respondendo ao Sigmuc, em relação às impressoras. As impressoras dos setores e dos gabinetes têm um aluguel de setenta e sete reais por mês. Este é o valor do aluguel e tem também um valor embutido no valor que repassei. Tem também o valor de impresso por papel, temos uma franquia/mês de dez mil, mas não chega a esse gasto. Então, o valor mensal dá em torno de vinte e cinco mil reais/mês do aluguel das impressoras, mas não tem nenhuma impressora locada por esse valor de quinhentos reais. As impressoras que estão nos gabinetes custam setenta e sete e as demais que são coloridas, que são impressoras diferenciadas, devido ao Cerimonial que precisa de outro tipo de papel, elas custam um pouco mais, em torno de duzentos e cinquenta reais, acho que a mais cara custa trezentos reais. Isso são exceções dentro da Câmara. No início do ano, quando era para fazer uma nova licitação, até aumentar o número de impressoras coloridas, estudamos melhor e vetamos e continuamos com as que tínhamos, porque foi comprovado que era mais vantagem do que fazer outra licitação. Em relação ao clipping, é um contrato que foi solicitado pela Diretoria de Comunicação, não tem nada a ver com os veículos, é um contrato em que uma empresa faz um compilado de todas as notícias referentes à Câmara e aos Vereadores. É um trabalho bastante exaustivo e para que a nossa imprensa possa ficar um pouco mais livre para fazer outro tipo de trabalho. Então, resolvemos terceirizar esse trabalho de clipping. Em relação aos carros, o aluguel custa, hoje, por mês, mil, quatrocentos e setenta e cinco reais, conseguimos uma boa redução, tínhamos um valor mensal de oitenta e nove mil reais, agora está no valor de sessenta e três mil reais, senão me engano. Em relação às manutenções dos veículos, muitas vezes é o próprio Vereador que tem pago essa manutenção, a Câmara não paga manutenção, a Câmara só paga o aluguel, quando vem a manutenção e as multas, é descontado do próprio Vereador. Ao Vereador Goura, na questão do software, existe uma dificuldade muito grande na área pública em questão de software, principalmente, para as áreas contábeis, de folha de pagamento, licitação, almoxarifado, frotas, porque temos um sistema no Tribunal de Contas chamado

SIM-AM, é um sistema que capta tudo através de arquivos no formato texto. Temos mais de mil páginas de layout de arquivos que temos que enviar para o Tribunal. Para termos uma equipe aqui desenvolvendo, de forma a estar sempre atualizando e a se adaptando a novas normas, novas legislações, teríamos, por exemplo, que ter dentro da TI, contadores, analistas de RH, porque as empresas que desenvolvem esses softwares tem um know-how de vários clientes passando por aquele problema, por aquele diferencial. Quando o Tribunal fez a mudança em 2013 do SIM-AM, ele passou a ser um aplicativo instalado em cada computador para ser um sistema todo via web. A empresa que nos atendia teve bastante dificuldade em se adaptar, visto a grandiosidade da mudança que teve. Eu vejo que aquilo que passamos, a contabilidade pública passou em 2013, seria inviável de trabalharmos isso dentro da Casa. Essas empresas têm equipes que estão sempre em contato no Tribunal, legislação. E a própria empresa teve dificuldade e a gente se viu na necessidade não de renovar, mas de licitar um contrato para ter uma empresa que atendesse hoje ao SIM-AM, que temos conseguido colocar em dia. Aproveitando para parabenizar a Prefeitura que colocou em dia o SIM-AM! Foi uma grande conquista.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Aline, só para complementar essa informação. É importante dizer que foi adquirido um novo software para que atendesse. Esse software vai trazer mais transparência no dia a dia. O cidadão terá uma facilidade maior quando buscar qualquer informação na Câmara, qualquer informação. Também é importante frisar isso, que estamos zelando pela transparência.- A SRA. ALINE BOGO:- Esse software que licitamos o ano passado foi o software de RH. Ganhou a mesma empresa que atendia já os softwares de contabilidade, licitação, almoxarifado, frotas e patrimônio. Então, a mesma empresa atende também agora o RH. Estamos negociando a contratação do módulo portal de transparência, que facilitaria o acesso ao banco de dados, porque o portal buscaria diretamente no banco de dados. Hoje o que é feito é que a nossa informática cria visões do sistema que é da Elotech. Fazemos o empenho e em tempo real ele está no portal da transparência, mas existe uma comunicação entre a empresa Elotech e a nossa TI. Estamos estudando, fizemos um termo de referência para tentar uma contratação desse portal para que fique um portal mais fácil de gerar relatórios, ter acesso direto ao banco. Uma das melhorias desse portal é que você consegue acessar, inclusive, a nota fiscal eletrônica da empresa que prestou o serviço. Concluindo, quero agradecer a atenção de todos, agradecer toda a equipe do DAF e sempre o apoio que recebemos da Comissão Executiva. Muito obrigada. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado a Aline Bogo, Diretora de Administração e Finanças da Câmara Municipal de Curitiba. Na sequência, recebemos o Sr. Vitor Puppi, Secretário Municipal de Finanças. Juntamente com ele, a equipe, Diretor de Orçamento, Claudinei; da Superintendência de Finanças, Daniele Santos; Gil, Diretor de Controle Financeiro, e Patrícia, Assessora. Sejam todos bem-vindos à Câmara Municipal. Seguiremos a mesma ordem, primeiro para os questionamentos as inscrições podem ser feitas com o Vereador Mauro Ignácio, vice-presidente desta Comissão, dando preferência à Comissão de Economia e Finanças, posteriormente aos Vereadores e demais visitantes. Seja bem-vindo, Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Presidente, Exmo. Vereador Thiago Ferro, em nome de quem também cumprimento os membros dessa Comissão. Exmas. Vereadoras, Exmos. Vereadores, colegas da Secretaria de Finanças, agradeço a presença, servidores, demais presentes. É uma honra estar de volta à Câmara para apresentar o resultado do segundo quadrimestre de 2017. Como esse quadrimestre já vem influenciado em razão das leis que esta Câmara recentemente aprovou e de outras que estão em trâmite, resolvemos modificar um pouco a apresentação em relação a última que foi realizada. Então, vamos primeiro demonstrar, de fato, qual é a situação do município de Curitiba para 2017, considerando já um estudo de arrecadação um pouco mais completo desde 2013, 2012, e depois passamos também aos números do quadrimestre, em específico de 2017. Então, para iniciar, temos que lembrar sempre que a situação de Curitiba não era no início da gestão diferente da situação dos outros municípios do Brasil. Tenho

participado de reuniões com os secretários de finanças das capitais e, de fato, os relatos são que em dez, vinte anos, os municípios têm passado por uma situação extremamente delicada, talvez a mais delicada desses últimos anos. Muitas capitais têm atrasado os salários; sabemos que pelo menos nove capitais têm ou parcelado ou atrasado os salários. Isso sem contar outras cidades do País, como por exemplo Campinas, que tem passado por dificuldades e não tem pago também sequer os salários dos seus servidores. Parece-me que recentemente o governo do Estado de Minas Gerais também anunciou que não iria pagar salários superiores a três mil reais numa parcela única. Então, Curitiba iniciou 2017 em um cenário desse tipo. Tínhamos um déficit orçamentário de dois bilhões, cento e noventa e quatro milhões de reais. Esse déficit era composto tanto pelas despesas sem empenho que recebemos da gestão anterior, como também por aqueles planos de carreira que não tinham respaldo orçamentário para serem implementados; tínhamos também restos a pagar que não correspondiam ao caixa da Prefeitura. E, a partir daí, as leis foram enviadas e nós, de fato, começamos a retomar a responsabilidade fiscal em Curitiba, a principiar pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um marco aprovado por esta Câmara e que vai ser lembrada por muito tempo como um baluarte de equilíbrio para a Cidade de Curitiba. Então, o que temos feito nesses nove meses de gestão? Temos, em primeiro lugar, mantido todos os compromissos de 2017 rigorosamente em dia. Então, não temos atraso com fornecedores, referente a 2017, todos têm sido pagos rigorosamente em dia. Eles têm, inclusive, rotineiramente nos agradecido, na Secretaria de Finanças, porque não era uma conduta que vinha ocorrendo na gestão passada. Vale lembrar que recebemos a Prefeitura com diversos contratos, a exemplo da alimentação, do lixo, dos hospitais, com atrasos superiores a seis, sete meses. Assumimos o compromisso com esses credores de eles manterem os serviços que Curitiba vinha exigindo, para a Cidade de fato não parar, com o compromisso nosso de pagar rigorosamente em dia 2017 e renegociar o passado, de 2016. Justamente por isso é que vamos fazer já, nessa renegociação, o primeiro leilão reverso da dívida, vamos ofertar oito milhões e oitocentos mil reais agora, na sexta-feira, em que cerca de trinta empresas já estão habilitadas para participar desse leilão; elas vão ofertar descontos aos seus créditos, e quem ofertar o maior desconto recebe à vista. A grande maioria das empresas também já aderiu ao parcelamento, que também foi aprovado por esta Câmara Municipal. Também já pagamos em torno de vinte e cinco, vinte e sete milhões de reais de credores até trezentos mil reais do Município. Então, aqueles pequenos já foram pagos, já foram adimplidos, justamente em razão desse esforço que a Prefeitura tem feito para pagar suas contas. Também no plano administrativo, a Diretora Aline até mencionou, agradeço pelas palavras e a parabenizo também pela apresentação, que nós colocamos o SIM-AM, que é o sistema do Tribunal de Contas, em dia. Desde 2014 o SIM-AM não estava em dia no Município de Curitiba, e o Claudinei, que é o contador geral do Município, coordenou esse trabalho, e hoje o Município de Curitiba tem a Certidão Liberatória do Tribunal de Contas porque colocou os seus sistemas em dia. Devemos encaminhar também em breve à Câmara Municipal, em razão dessa parte do ajuste fiscal que foi aprovado, a revisão daquela meta fiscal. Porque já agora aquelas obrigações com, por exemplo, os planos de carreira estão suspensas de fato, então não impactam nesse exercício. Então, vamos rever e demonstrar fiscalmente também qual foi o resultado das medidas que V.Exas. aprovaram e que de fato salvaram a Cidade. Temos que admitir que, não fossem aprovadas essas medidas, iríamos simplesmente, ou enganar, ou seja, passar despesas fora do orçamento mais uma vez, ou simplesmente declarar a moratória no Município. Porque não tínhamos a mínima condição de chegar ao final do exercício se não fossem as medidas que V. Exas. aprovaram, então, fica também o meu agradecimento pessoal pela colaboração e pelo auxílio à Cidade nesse aspecto. E o resultado disso, também, é que em 2018 vamos colocar pela primeira vez no orçamento da Cidade a previdência municipal. Os aportes do IPMC jamais foram colocados no orçamento do Município, então, vamos, pela primeira vez, colocar trezentos e treze milhões de reais, que é o valor do aporte de 2018 no orçamento da Cidade. O Município

acumulou entre 2015 e 2016 em torno de mais de quinhentos milhões de reais em valores que não foram repassados ao Instituto, esse valor foi parcelado, duzentos e trinta e três milhões na gestão passada, noventa e dois milhões também referente à contribuição patronal de dezembro que não foi paga pela gestão anterior, tivemos que parcelar no início do ano, e também existem mais cento e quarenta e cinco milhões que queremos parcelar. Aproveito até para pedir o encaminhamento da lei, existe uma lei aqui em trâmite que foi uma conquista dos Municípios por meio da Frente Nacional dos Prefeitos, que autoriza o alongamento dessas dívidas de sessenta para duzentos meses, é vital para Curitiba, Curitiba perde, a cada mês que esta medida não é aprovada, em torno de quatro milhões de reais, é a diferença entre as sessenta e as duzentas parcelas, então, aproveito também para, mais uma vez, pedir a esta Casa o entendimento e a compreensão para que essas medidas andem rápido. Agora vou passar um pouco para arrecadação do Município, mas não referente ao quadrimestre e, sim, referente a um estudo que nós fizemos na Secretaria de Finanças entre os anos de 2013 e 2017, onde estávamos e onde estamos hoje. Me parece que assim é possível ter uma dimensão real do que é o Município atualmente. O ISS, que é o principal tributo do Município, vinha crescendo, esse é o crescimento dele a cada ano, então, em 2013 ele cresceu 3,14%, em 2014 cresceu 2,53%, em 2015 cresceu 2,24% e, a partir daí, ele desabou, caiu 11,61% em 2016 e em 2017 caiu 6,30%. E há uma previsão de uma pequena recuperação, 1,22%, mas notem os senhores que esse 1,22% não se refere lá há 2013, mas é 1,22% de 2017. Então, estamos abaixo e muito abaixo do que arrecadávamos há um, dois, três, quatro, cinco anos. Isso em termos nominais, percebam aqui que nós arrecadávamos já com atualização pelo IPCA, em 2013, noventa e nove milhões em janeiro, em 2017 arrecadamos noventa e um milhões. E assim vai, oitenta e sete contra setenta e quatro, notem que esses números ficam ainda mais, essa diminuição fica ainda mais relevante se considerarmos o exercício de 2014, 2015, que o valor chegou a cento e dezoito contra noventa e um milhões em 2017. Então, a arrecadação do nosso principal tributo, que é o ISS, vem caindo e vem caindo de uma forma vertiginosa. Nós precisamos tomar providências, inclusive legislativas para reformar o ISS, temos setores específicos que precisam ter um tratamento novo, um tratamento diferenciado, precisamos também evoluir os sistemas da Prefeitura, criamos uma coordenadoria de tecnologia no ISS justamente com essa finalidade, mas também devemos encaminhar nos próximos dias à Câmara novas medidas de ajustes do ISS, de fato, não é uma majoração de imposto, quero deixar claro desde já, mas são ajustes em setores que ou conseguiram benefícios judiciais, ou que de fato existe uma evasão fiscal muito direcionada, e precisamos tomar providências e tratar o assunto de forma aberta. Nós fomos na última lei mencionados por alterar o ISS da sociedade de advogados, isso não constava da proposta legislativa, esse discurso infelizmente pegou, mas o fato é que nós precisamos sim tratar a sociedade simples, sistematizar essa sociedade simples de modo a tornar a administração tributária mais ágil, não é possível que continuemos perdendo três, quatro, cinco anos para analisar um processo de uma sociedade de médicos ou de dentistas que pede o ISS fixo na Prefeitura. Então, essas medidas é que precisamos tomar e que seguirão aqui também para a Câmara bastante em breve. Pode ir passando a apresentação. Bom, só para se ter uma ideia aqui da diferença de valor em termos corrigidos, em 2012 arrecadávamos com o ICMS um bilhão, cento e quarenta e um milhões. Em 2017 a nossa previsão é encerrar o ano com um bilhão e vinte e dois milhões de reais, uma diferença de cento e dezenove milhões de reais. Para se ter uma ideia da grandeza desse número de cento e dezenove milhões de reais, percebam os senhores que o município começou com um orçamento da Secretaria de Saúde, isso só as fontes do Tesouro Municipal, sem contar a fonte do SUS, com sessenta e oito milhões de reais. Então, o orçamento da saúde acabou em julho, não tínhamos mais dinheiro para pagar a FEAES, para pagar os hospitais com recursos do Tesouro. Em razão do ajuste fiscal que foi aprovado, suplementamos nas secretarias em torno de trezentos e setenta e seis milhões de reais para cobrir esse déficit orçamentário. Nós temos a convicção e também isso

depende da gestão dos secretários, que vamos encerrar o exercício sem nenhuma despesa fora do orçamento, inclusive, estamos implementando um sistema para coibir aquele sistema paralelo do orçamento que vigorava até o início do ano. Com relação ao IPTU, também a comparação de 2013 e 2018, o IPTU também foi um imposto que cresceu e cresceu, diga-se a bem da verdade, porque em 2014 foi aprovado pela Câmara uma lei com a nova planta genérica em que se estabeleciam limitadores, porque se a planta genérica fosse implementada de uma vez só, as diferenças, os deltas entre os imóveis, seriam muito expressivos. Então, foi aprovado um limitador para os quatro exercícios subsequentes e existe uma obrigatoriedade do Poder Executivo em encaminhar a esta Câmara a revisão da planta genérica do primeiro exercício do mandato. Já adiantando a V. Exas. que vamos manter essa planta genérica por este ano, justamente em razão desse cenário instável também no mercado imobiliário. Nós pretendemos estudar uma planta genérica mais detalhada por meio de recursos que vamos receber do BNDES e aí sim, com levantamentos por meio de avião, drones, que realmente reflita o valor venal do imóvel para o próximo exercício para ter efeito em 2019. Então, vamos ratificar a planta genérica encaminhada e também manter os limites que foram estabelecidos. É esta a lei que deverá vir bastante em breve para a Câmara Municipal. Mas a arrecadação do IPTU de fato se manteve crescente, entre 2014 e 2017, em razão da aprovação da lei, ela subiu em termos reais 2%, 4%, 7% e quase 8%. Se em 2018 não fizéssemos absolutamente nada, imaginamos que iria estabilizar ou crescer muito pouco. Pode passar para a próxima apresentação. E aqui de fato a nossa segunda principal fatia que é a quota-parte que o município recebe do ICMS, temos o ISS que é o nosso principal tributo e a nossa segunda maior rubrica é o valor que o Governo do Estado passa ao município por meio do ICMS. Então, o nosso índice já apresentei o demonstrativo aos senhores antes, ele vem caindo de 14,36% em 2013, para 11,62% em 2017 e aí sim, muito grave de fato, 10,54% em 2018. No próximo slide será possível perceber o que significa isso em termos nominais. Por que esse valor do ICMS, esse índice vem caindo? Porque Curitiba não vem mais mantendo as empresas na cidade, nós tivemos a Ambev, que é o maior exemplo, que foi para Ponta Grossa e com isso perdemos o valor adicionado do ICMS, perdemos daí sensivelmente a arrecadação. Então, para se ter uma ideia do ICMS em 2012, representava oitocentos e cinquenta e três milhões de reais e em 2017, ele caiu em termos reais para oitocentos e trinta e quatro milhões de reais, uma queda real de dezenove milhões de reais. Pode passar para o próximo slide. Aí sim, fica mais grave. Em 2017 a nossa situação já era complicada, oitocentos e trinta e quatro milhões e em 2018, esse é um cálculo da Secretaria de Estado da Fazenda, também ratificado pelo orçamento do Município, devemos perder em torno de setenta e cinco milhões de reais, daquele valor que já era pequeno. Então, notem que o Município tem uma estrutura arrecadatória, hoje, de 2017, próxima a de 2013, 2012, ou inferior de fato e temos, obviamente, uma cidade muito maior. Tínhamos quinhentos e oitenta e sete equipamentos entre CMEIs, escolas, unidades de saúde em 2012 e temos seiscentos e quatorze em 2017. São mais ou menos trinta equipamentos, cujo custeio mensal é absorvido pela Prefeitura, com uma arrecadação menor. De fato esse é o desafio. Como eu disse o nosso desafio deste ano é muito grande, de trazer a cidade de volta para uma realidade orçamentária, fora daquela esquizofrenia dos superávits orçamentários, que não significavam absolutamente nada, mas fazer esse ajuste num ano em que a receita vem decrescendo. Uma receita que não decresceu também foi imposto de renda retido na fonte, por quê? Porque esse imposto acompanha a folha que a Prefeitura paga para o funcionalismo. Então, percebam aqui que entre 2014 e 2016 essa arrecadação cresceu bastante, em torno de 24%, em torno de 19% em 2016 e em 2017 ela caiu. A previsão é que ela caia em razão da estabilização da remuneração dos servidores neste ano. A previsão em 2018 é que ela recupere em alguma medida. Ali em 2013 justamente aquelas incorporações e os planos de carreira, que causaram de fato o aumento na arrecadação do imposto de renda, lembrando que todo valor que é descontado do servidor, a fatia do imposto de renda fica direto para o Município. Aí

temos o ITBI que também é uma lei que deverá vir à Câmara nos próximos dias ou retornar, por assim dizer, e ela reflete aí majoritariamente de fato a nossa realidade do mercado imobiliário na cidade. Então o ITBI também vinha numa crescente muito expressiva em 2013 e a partir daí entrou numa decrescente. Em 2016 caiu 20% a arrecadação do ITBI, recuperando um pouco em 2017, por quê? Lembrando sempre que esses 3,64 de 2017 se referem ao exercício de 2016, então era difícil de fato cair mais. Recuperou um pouco mais, obviamente não recuperou todo aquele valor que era antes arrecadado. Em 2012 arrecadava trezentos e dezesseis em valores reais de ITBI e este ano vai se arrecadar em torno de duzentos e setenta e oito milhões de reais. Então, estamos perdendo também no ITBI. Esses tributos em azul, são os tributos, taxas, impostos e contribuições que o Município cresceu. Percebam que crescemos em alguns, mas perdemos nos principais, que estão em vermelho. Perdemos no Fundo de Participação dos Municípios, aquele 1% do FPM que está ali embaixo é irrelevante para o Município, o que importa é o que está em vermelho ali, o FPM. Perdemos no ICMS e perdemos no ISS. Esses são os principais tributos e que refletem qual é a realidade do Município, agora em 2017. Só para se entender de fato, comparando a evolução da arrecadação com a evolução dos custos do Município. A nossa receita subiu 4,66% em termos reais nesse período de 2012 a 2017, mas a evolução das nossas despesas de custeio, pelo menos aquelas que constam do orçamento, é de 8,87. Só que, obviamente, esse 8,87 não reflete toda majoração da despesa de custeio, porque muita coisa se encontrava fora do orçamento. Certamente esse número de 8,87 é maior. Quando os senhores analisarem planilhas de custeio, enfim, desconfiem, porque o que importa de fato é o custeio efetivamente realizado e aquele custeio gasto que vamos colocar integralmente dentro do orçamento em 2017. Aí as despesas de pessoal e esse número já é conhecido, tínhamos apresentado aquele número de 28.70%, que é o número sem a correção monetária, subiu 25.60%. Então, é claro que a máquina está muito maior em 2017 do que era em 2012. A arrecadação, efetivamente, senão menor, pelo menos em termos reais, muito próximo de uma estabilização. Então, agora vamos entrar na prestação de contas, que é a segunda fase. Eu já adianto que não quero fazer confusão na cabeça dos senhores, porque na prestação de contas do quadrimestre os números se referem, as diferenças que vamos mostrar, ao período de doze meses. Aqueles dados são um fato histórico, de 2012 até 2017, e agora passamos ao quadrimestre, como de praxe temos comparado com os doze meses anteriores para que se tenha uma noção de fato da evolução do Município. Vamos começar pelas receitas. Nós temos as receitas correntes, uma previsão inicial de sete bilhões, trezentos e sessenta e nove. Já realizamos quatro bilhões e oitocentos. As receitas de capital, quinhentos e quarenta e seis milhões; realizamos apenas sessenta e quatro milhões de reais. Isso se deve, em especial, a uma frustração com relação a algumas verbas de convênios que eram previstas no orçamento desse ano, que não se realizaram, ou ainda não se realizaram. Temos as receitas intra-orçamentárias, que são a do RPPS, que já temos seiscentos e sessenta e seis milhões de reais, com uma previsão de setecentos e trinta e quatro. Agora aparece de fato quais são as variações. Nós tivemos uma evolução, nos últimos doze meses, negativa de -0,57 nas receitas correntes; de 42% nas receitas de capitais; e um acréscimo significativo nas receitas intra-orçamentárias, que são aquelas destinadas ao RPPS, ao Regime Próprio da Previdência Social. Aqui temos uma queda real, somando todos os números, de 1,48%. Então, item a item, com relação aos últimos doze meses, o quanto a Cidade tem arrecadado de IPTU. Temos uma previsão inicial de IPTU de seiscentos e vinte e cinco milhões, e já realizamos quatrocentos e oitenta e três. Temos uma variação real, comparado aos últimos doze meses, de 10%. Imposto de Renda retido na fonte, duzentos e dezoito milhões, e temos uma variação real de 8%. ITBI, em razão de alguma recuperação do mercado imobiliário, cento e oitenta e quatro milhões, ainda abaixo do que historicamente se arrecada, 8,23%. O ISS, aí sim um dado mais preocupante, uma queda de -4.78%, e nas taxas, principalmente a taxa de lixo, que representa o maior valor, e que recentemente foi aprovado aqui na Câmara a desvinculação do IPTU, deve ter um bom efeito em termos fiscais, e

também de justiça fiscal para 2018, vai se refletir também no orçamento de 2018. Por enquanto ainda não aparece. Aqui as nossas transferências que recebemos, tanto do Estado, como da União Federal. A nossa cota-parte do fundo de participação dos municípios, uma variação real de 10%; o SUS, recebemos ou estabilizamos, em torno de 1%; o FNDE, da educação, perdemos 15%, cota-parte do ICMS. Isso justamente em razão daquele acréscimo em janeiro e fevereiro que o Governo Estadual promoveu, o "checão", para todos os municípios do Estado, em razão da antecipação do valor do ICMS naquelas operações postergadas com montadoras, enfim, que o Estado conseguiu adiantar o valor, e recebemos então com essa parte. Vejam que não fosse isso, nós certamente estaríamos numa involução do ICMS. O IPVA, que já subiu bastante nos últimos exercícios, esse ano se estabilizou, teve uma queda de 0,7%; o Fundeb, um acréscimo de 9%. Convênios, temos ainda algum aumento, e outras transferências correntes, de trinta e dois para trinta milhões de reais, em 2016, um decréscimo de 8.9%. Aqui as nossas receitas previdenciárias do IPMC, um orçamento inicial de um bilhão, trezentos e quarenta e sete, em execução seiscentos e noventa e seis, até agora praticamente a metade. Receita de valores imobiliários, as aplicações financeiras do IPMC, de duzentos e vinte e seis milhões de reais, 64% do previsto. Despesas previdenciárias, que estão subindo. Até não consta aqui dessa apresentação, mas o Município tem pago mais em aposentadorias, mais em pensões, enfim, como de fato o Presidente do IPMC também já tinha alertado, porque nosso sistema está ficando mais velho, as pessoas estão se aposentando, enfim, então as aposentadorias já estão de fato sendo pagas num ritmo maior, até em razão dessa corrida às aposentadorias, depois que o Governo Federal anunciou que iria reformar a Previdência geral e também dos servidores. Aí nossas despesas correntes de seis bilhões. Nós temos até agora quatro bilhões, trezentos e vinte e dois. E aqui eu queria adiantar um dado que de fato pode existir um acréscimo, salvo engano de 1% a 2%. Mas por que existe um acréscimo às despesas correntes? Porque o Município, de fato, está colocando para dentro do orçamento tudo aquilo que estava fora. Então, todas aquelas despesas sem empenho, a dívida, enfim, que o Município assumiu, passa a ser contabilizada, passa a ser reconhecida pelo Município, e aí há um acréscimo, de fato, nas despesas correntes. Mas ao mesmo tempo o Município tem feito um esforço tremendo para reduzir as despesas para que realmente caiba dentro do orçamento. Um exemplo é que reduzimos em mais de trinta, quase quarenta milhões de reais, o contrato de informática, dos serviços de tecnologia do Município. O contrato do ICI é em torno de onze milhões de reais por mês, era pago por ressarcimento. Fizemos um contrato de emergência, antes da licitação que se aproxima, em torno de seis milhões e novecentos mil reais. Parece-me que houve um acréscimo de cem mil reais nesse outro contrato, mas mesmo assim é uma queda muito expressiva. Reduzimos também os contratos de limpeza, que são contratos muito significativos para o Município, porque temos a limpeza das escolas, a limpeza dos Próprios do Município, reduzimos, às vezes, em 25% alguns contratos, e o Município continua de fato tendo seus serviços atendidos e prestados. Isso entre outras medidas, como redução de alugueis, enfim, que o Município vem tentando negociar e insistindo numa negociação, justamente para se adequar a uma regra orçamentária. A Secretarias precisam e estão se planejando conforme uma realidade orçamentária existente. O que não dá de fato é a Saúde começar o ano com sessenta e oito milhões de reais, sabendo que vai chegar ao final, só com fontes do Tesouro, em torno de mais de duzentos milhões de reais. Então, não há planejamento que subsista. Nós temos adotado essa lógica, inclusive para o orçamento de 2018, embora já adiante aos senhores que temos, sim, problemas no orçamento de 2018. A Saúde, que vou usar de volta como exemplo, começa com quase o dobro do orçamento, mas sabemos que não será suficiente. Vamos precisar sim de novos recursos para que as UPAs permaneçam abertas, para que os postos continuem atendendo, enfim, pretendemos equacionar essa situação e, mais uma vez também, em razão daquela queda na arrecadação, precisamos também que as leis tributárias que serão encaminhadas também sejam estudadas e, ao final, aprovadas por V.Exas. Então, temos uma avaliação de 2.86% de aumento nas

despesas correntes, já expliquei o motivo. As despesas de capital, que são os investimentos do Município com relação ao passado, 1.86%, embora tenhamos que reconhecer que o Município ainda investe muito pouco com os recursos próprios. Para o próximo ano temos uma previsão de investimento em torno de quatrocentos milhões de reais. Mas ainda dependente de recursos do Governo Federal, de operações de crédito que temos trabalhado muito para conseguir, enfim, e que darão resultados para a Cidade a partir de 2018, mas Curitiba precisa ainda recuperar a capacidade de investimento com recursos próprios. Hoje investimos em torno de cem milhões de reais com recursos do Tesouro Municipal para uma Cidade que tem o orçamento de oito bilhões e setecentos milhões de reais, é muito pouco. Só que essa capacidade de investimento só vai aumentar a partir do momento em que o Município, além de ter condições de cumprir seus compromissos com a despesa de pessoal, com o custeio da máquina, tenha alguma folga de fato para passar a investir com recursos próprios também. É o nosso projeto, pretendemos que ao longo, aí sim, dos próximos anos, que isso seja reestruturado na Prefeitura de Curitiba. Aí as despesas intraorçamentárias. Justamente em razão daquelas receitas, houve o crescimento das despesas, da mesma forma um crescimento geral das despesas do Município de 2.82%, justamente em razão dessa nova realidade orçamentária do Município. Vamos ver despesa a despesa, o quanto significa cada uma: das despesas correntes, às despesas com pessoal e encargos sociais, já empenhamos dois bilhões, cento e noventa e um milhões de reais, lembrando que adiantamos a primeira parcela do décimo terceiro no mês de junho, ainda temos uma parte para fazer frente até o final do ano. Juros e encargos da dívida, já empenhamos vinte e oito milhões de reais, outras despesas correntes, aí sim são as despesas de custeio - ODC, que chamamos, de dois bilhões, cento e dois milhões de reais. As despesas de capital, temos investimentos, fontes próprias, fontes também de operação de créditos, recursos do Governo do Estado e da União Federal, de seiscentos e cinquenta e seis, cento e vinte e nove milhões. Inversões financeiras é aquele dinheiro que é destinado ao capital social das companhias do Município, em especial da Cohab e da Urbs. A Urbs ainda passa por uma crise muito grande, a Urbs deve tomar medidas de contenção de gastos, a Cohab já promoveu um PDV, a Urbs também seguiu o mesmo caminho, mas as companhias precisam se equilibrar, não é possível que as companhias continuem dependendo do Tesouro Municipal para pagar o seu custeio mais básico, elas precisam ter algum equilíbrio com relação às suas despesas. Temos a previsão que a Cohab deve se equilibrar ainda em 2018 e a Urbs deve passar por modificações, por ajustes para se assegurar um equilíbrio da companhia para sobrevivência, obviamente, para os próximos exercícios em 2018. Amortização da dívida, empenhamos quase oitenta milhões de reais. De restos a pagar, temos ao final o Poder Executivo, contabilizando juntamente com o Poder Legislativo, cento e cinquenta e oito milhões de reais, salvo engano, o nosso total entre não processados e também processados. Despesas por funções fora a RPPS funções Legislativa, essencial, justiça, administração e segurança, olhando com destaque mais para a saúde e para a educação, que tivemos um acréscimo justamente em razão do reconhecimento dessas dívidas da gestão passada dentro do orçamento. Então, por isso que houve um acréscimo de 20% na saúde, e na educação de 16%. Aí temos as intraorçamentárias e aqui, de fato, é aquela balança que tínhamos apresentado já na primeira apresentação, tínhamos demonstrado uma balança desequilibrada em razão das despesas, justamente porque junto com o resultado orçamentário de seiscentos e noventa milhões de reais, mas isso não era contabilizado com as despesas fora do orçamento. Então, se consultarem as últimas apresentações, teríamos lá as despesas sem empenho, teríamos os restos a pagar sem caixa, toda aquela conta em que desequilibrava a balança das despesas. Então, hoje em dia tudo está, rigorosamente, dentro do orçamento, com exceção para esse quadrimestre, lembrando que fechamos em agosto, mas já agora em setembro, esse número que está aí das despesas sem empenho já entra no orçamento. Vou mostrar depois a evolução daqueles seiscentos e quatorze milhões, as despesas sem empenho para esses duzentos e quarenta e oito milhões de hoje, o que foi pago, o que é a

situação. Mas temos agora sim um resultado orçamentário confiável, podemos falar com segurança que temos para este quadrimestre algum equilíbrio, lembrando que o Município tem que fazer frente ainda às obrigações, à dívida que carrega com seus fornecedores que parcelaram o débito, mas ainda estão sujeitos ao leilão, devem aderir ao leilão da dívida, mas temos um resultado um pouco mais real, sem aquela esquizofrenia passada. Então, descontando aquelas despesas sem empenho, temos um resultado positivo em razão do Plano de Recuperação, em razão do ajuste fiscal de quatrocentos e quarenta e dois milhões de reais. Aí a disponibilidade de caixa do município, lembrando que o caixa, obviamente, não acompanha a realização da despesa. Então, temos dívidas a serem pagas, temos em todas as fontes do município um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, lembrando que participam dessa disponibilidade bruta os valores de convênios, os valores de SUS, enfim, todas as fontes do município não são as fontes livres. Se pensarmos em fontes livres, devemos ter fechado o quadrimestre em torno de duzentos a trezentos milhões, justamente para fazer frente a outra parcela do décimo terceiro, as obrigações que o município tem, inclusive com funcionalismo. Aliás, estamos pagando hora extra de 2016, para os senhores terem ideia, que não foi pago nos exercícios passados. Estamos pagando as incorporações da Guarda, decretos que foram emitidos na gestão passada sem a contrapartida financeira. Então, essas dívidas de pessoal também estamos pagando, imaginamos que tenhamos aí um estoque em torno de dezoito milhões de reais de dívidas com pessoal e que precisam ainda ser adimplidas, inclusive os RITs com os servidores. Temos um fluxo junto com a Secretaria de Recursos Humanos para pagar essas dívidas de forma escalonada. Agora, de fato, a evolução das despesas sem empenho. Começamos em seiscentos e quatorze milhões. Junto desse número existia o IPMC, cento e quarenta e cinco milhões que deve estar dentro agora daquele parcelamento de duzentas vezes que tramita aqui na Câmara Municipal. Em revisões de contrato, cancelamento de empenhos e contratos não aditivados, que resolvemos também ou repactuar ou ainda estão em discussão, trinta e nove milhões. Uma parte das despesas sem empenho, existia ainda por dentro mais um valor do IPMC de vinte e nove milhões de reais. Aí sim os pagamentos que já realizamos e aqui, em especial, pagamentos da saúde, pagamentos com fontes de convênio, enfim, em torno de cento e cinquenta e nove milhões de reais, justamente para colocar o fornecimento de medicamentos em dia. Lembrando que o município não conseguia fazer a compra direto dos laboratórios, porque existia uma dívida muito grande. Então, restamos um saldo de duzentos e quarenta e oito milhões de reais, isso só de despesas sem empenho. Deve ser ainda acrescido aqueles cento e cinquenta e oito milhões de reais de restos a pagar, que também uma parte disso vai a leilão. Então, temos uma disponibilidade líquida de oitocentos e vinte e sete, lembrando que são em todas as fontes. Notem que as despesas sem empenho agora e os restos a pagar, são obrigações da fonte do Tesouro Municipal. Então, isso reflete a posição de caixa do município. Aí, com relação às metas e limites, temos uma boa evolução no resultado primário do município, uma previsão na LDO negativa de trezentos e três milhões e um resultado primário atualmente positivo de duzentos e dezenove milhões. Esperamos manter esse resultado primário até o final do exercício, embora ainda existam obrigações pesadas que o município tem que fazer frente. O resultado nominal também demonstra com relação aos bimestres anteriores, a necessidade do município aportar recurso para fazer frente às suas obrigações da dívida. Então, temos uma evolução de setecentos e vinte milhões de reais. Ou seja, com relação ao endividamento do município, que historicamente é baixo, o nosso endividamento tanto com a Agência de Francesa, o BID e os órgãos nacionais, a Caixa, não é um endividamento alto quando comparado a outros municípios. Temos um resultado positivo para um total de receita corrente líquida, já efetuadas as deduções na base de cálculo, de seis bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões de reais. Os nossos limites de Pessoal. Nós temos o nosso limite prudencial de 51,3, estamos em 50,15, que aí mostramos a evolução desse limite nos últimos bimestres. Então, percebam esse valor já retirado o FUC. Lembrando que o FUC é aquele dinheiro que as

empresas do transporte coletivo recebem e que, de fato, não faz parte da base da receita do município, porque não é um dinheiro que fica com o município, é um dinheiro que vai para as empresas. Na Lei de Responsabilidade Fiscal constou um artigo que exclui da base da receita para fins de cálculo do limite de pessoal, o FUC. Desconsiderando o FUC, em 2016 teríamos extrapolado o limite prudencial, teríamos ficado em 51.63% no quinto bimestre; em 51.7% no sexto bimestre e a partir daí tomamos uma rota de correção do nosso limite, nossa despesa com pessoal, estamos em 50.15%, já estivemos em 50.61%. Lembrando que esta é a primeira apresentação sem o FUC. Como eu havia prometido, na próxima que é esta de hoje, já teríamos deduzido o FUC da base de cálculo e imaginamos que em 2018 vamos conseguir retornar a patamares um pouco mais aceitáveis, em torno de 44% da despesa com pessoal, já abaixo do limite de alerta do gasto com pessoal. Nossos limites com a dívida, como eu disse, são de fato baixos, o município tem negociado com a Agência Francesa uma operação de crédito em torno de duzentos milhões de reais para fazer frente às obras que o município precisa. Também temos negociações com o BID, com a Caixa Econômica Federal, mas os nossos limites são, de fato, bastante baixos, o limite máximo ali de 120, o alerta 108, estamos em 17.24%. Nosso limite com garantias, também é um limite bastante confortável para o município, máximo de 22% alerta em 19%, estamos apenas em 3.67%. Ou seja, o município tem espaço para operações de créditos, garantias. Com relação às operações externas de crédito, internas, existe uma resolução do Senado Federal que regulamenta essa questão. Nós estamos em 0.44%, somatória de operações internas e externas, para um limite de 16%. Antecipação da receita, não fazendo e me parece que nunca fizemos aqui no Município de Curitiba ou há muito tempo, mas é uma operação que começa em um ano e deve terminar no mesmo exercício, uma operação para fluxo de caixa, hoje em dia uma operação muito cara e que não é interessante para o município. Mas estamos em zero porque não temos nenhuma operação em curso. Para finalizar, os nossos índices atuais e depois a projeção. Estamos hoje neste quadrimestre para um limite constitucional de 15%, me parece que a Secretária de Saúde esteve ontem aqui, nós temos 20.54%, devemos chegar ao final do ano em torno de 23% para a saúde, o que é de fato um gasto muito expressivo, principalmente, se comparado as demais capitais. Salvo engano, Florianópolis, a última vez que vi estava em 19%. Se estamos a 23% é porque o município tem gasto e tem gasto muito com saúde. A educação hoje está em 23.56%, devemos encerrar o ano em torno de 27.3%, talvez chegando a 28% para um limite constitucional de 25%. Então, ambos os índices o Município de Curitiba acima vem cumprindo e vai cumprir. Na saúde, imaginamos que devemos encerrar o exercício em torno de 23% e na educação em torno de 27.3%, talvez esse índice aumente até o 28%, dependendo de ajustes orçamentários. Até para ser um pouco mais técnico, aqueles valores que fazem parte do parcelamento da dívida, ou seja, se houvéssimos pago esses valores é claro que nosso índice saltaria, porque nossa obrigação seria muito maior, mas esses valores vão também para a dívida consolidada do município em sessenta meses. Existe essa distorção com relação aos índices. O fato é que o município tem cumprido e cumprido com folga os índices constitucionais. E deixo registrado que na minha posição pessoal o índice não reflete a qualidade do gasto. O que temos que nos preocupar é com o atendimento à população. A qualidade do gasto público. Não é porque o município gasta 25% ou 30%, como se pretendeu aqui algum tempo atrás que o município gastasse 30%, que isso signifique de fato uma prestação de serviço melhor para a população. De fato é a qualidade do gasto público que importa e essa é a diretriz que temos seguido em conjunto, com o apoio dos Vereadores, aos quais mais uma vez eu agradeço pela paciência dessa apresentação. Desculpem-me pelos números e inúmeras referências, mas tentamos ser o mais completos possível para de fato abarcar a realidade do município. Muito obrigado a todos. (Palmas).- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Secretário Vitor Puppi e cumprimento com alegria o Vereador Aílton Araújo, que acompanha esta audiência, ex-vereador e ex-presidente desta Casa. Na sequência, a prioridade aos Vereadores da Comissão de Economia e Finanças, Mauro Bobato,

Josete e Mauro Ignácio.- O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Thiago, demais companheiros Vereadores, pessoal da Comissão de Economia. Sejam bem-vindos equipe da Secretaria, bem como o nosso Secretário, Vitor Puppi. Secretário, pegaram a Prefeitura num momento difícil, mas eu acho que estão caminhando, estão procurando as soluções possíveis. Não vou debater sobre a situação econômica, acho que as medidas estão sendo tomadas e estamos procurando caminhos para corrigir esse trajeto. Só queria questionar a Secretaria de Finanças e Planejamento, não vi nenhuma parceria público-privada. Haja vista a dificuldade do município em investir e em conseguir caminhar, não vi nenhuma implantada. Pesquisei alguns setores e vejo como uma possibilidade viável. Só pergunto, não existe nenhuma em andamento dentro de Curitiba mesmo? E as regras não são viáveis, não são funcionais, por isso não são implementadas? Tem interesse o município, a atual administração em procurar esses caminhos? Existe um projeto de lei, Vizinhança Participativa, tem um probleminha com o Ministério Público, estão querendo revogar essa lei. Lembro que existiam as parcerias para algumas obras, não era esse o regramento, mas eu gostaria de alguma orientação nesse sentido, se tem essa viabilidade. Por enquanto era isso. Boa sorte e parabéns pelo trabalho de toda a equipe da Secretaria. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, Vereadora Professora Josete.- A Sra. Professora Josete:- Bom dia, Secretário! Cumprimentar também toda a equipe da Secretaria de Finanças que está presente. Vou ler as perguntas para ser objetiva, porque o tempo aqui é limitado. Em relação ao Refic, qual é a avaliação este ano? Aumentou a arrecadação do município? Esse tipo de instrumento está trazendo realmente mais receitas para o município? Quais alternativas o Executivo tem pensado para melhorar as receitas, aumentar essas receitas? Temos alguns projetos aqui na Casa, de iniciativa de Vereadores, que tratam de renúncia fiscal. Gostaria de uma avaliação do senhor acerca disso. Qual é, para este momento em que a gente vive, a repercussão desse tipo de projeto. E o senhor já tocou, mas talvez trazer mais alguns dados em relação ao comportamento da receita corrente líquida nos últimos doze meses. Em relação a despesa, como estão os pagamentos referentes a 2017 em relação aos grandes contratos - Risotolândia, Tecnolimp, Denjud, Higi Serv, ICI, Cavo e G5, estão em dia? Os repasses ao ICS e ao IPMC, também acho que é importante nos situar. E temos uma grande preocupação em relação à dispensa de licitação que está ocorrendo em alguns contratos. Com relação a Tecnolimp, observamos isso. Por exemplo, os Contratos 22688, 22691 e 22547. Para concluir, dispensa de licitação em relação ao ICI e também à Cavo. Então, são aspectos que nos preocupam, o ICI principalmente, já havia um contrato emergencial que findou agora no dia 15 de setembro, se já está previsto novo edital ou como é que está sendo pensado isso pelo Município. É com relação aos servidores, se vai haver um debate acerca da data-base agora, a possibilidade de reajuste no mês de outubro.- O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Mauro Ignácio.- O Sr. Mauro Ignácio:- Bom dia. Quero cumprimentar o Secretário e toda sua equipe. Aproveitando o momento, o Secretário falou sobre limite prudencial, e os Vereadores de maneira geral são o para-choque da Cidade, as pessoas nos procuram com os mais diversos problemas da Cidade, sempre alegando que pagam seus impostos e por isso querem a solução. E com relação aos servidores, gostaria de saber exatamente quanto falta de servidores, se há uma estimativa de quanto falta de servidores. Por exemplo, sabemos que a administração passada deixou prontos doze CMEIs, que não foram previstos servidores e equipamentos, e estão fechados. A UPA da CIC está fechada também. A Guarda Municipal precisa também repor o seu efetivo. Então, se há uma estimativa de quantos servidores faltam, o custo disso, também a consequência do Município extrapolar o limite prudencial. Pelo que vi ali, parece que estamos em 50%, vamos chegar a 44%; quando seria isso? E também com relação à data-base de outubro, se já há uma previsão do pagamento; deve acontecer agora em novembro, como está esse encaminhamento? De maneira geral, seria isso. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Devolvemos a palavra ao Secretário para as respostas.- O SR. VITOR PUPPI:- Vamos começar pelo Vereador Mauro

Bobato, que perguntou da PPP. De fato, a PPP é um tema relevante e o Município não abdicou de forma alguma das PPPs. O que existe é que os estudos anteriores, principalmente, os que se limitavam à gestão do lixo, foram descartados por se entender que eram insuficientes ou não eram tecnicamente justificáveis. Mas existem sim estudos de PPP em curso, principalmente, a PPP da iluminação pública. A Cosip, dentro daquela conta de caixa, representa em torno de cem milhões de reais. Existe um saldo de Cosip a ser utilizado, que pode ser utilizado de forma mais eficiente. E isso passa certamente pelo estudo de uma PPP. Então, existem sim estudos de PPP em curso. Acho que é um instrumento interessante, é um instrumento que depende também de garantia por parte do Município. Porque o investidor, o empresário, a mágica da PPP, por assim dizer, é que o empresário tenha a garantia de receber aquela parcela. Então, vamos dar um exemplo muito claro. Você falou da Cavo, vou abordar aqui a situação da Cavo em instantes. Mas a Cavo tem um crédito superior a cem milhões de reais com o Município de Curitiba. É claro que se fosse uma PPP, esse crédito não existiria, porque as despesas são pagas praticamente de forma automática; se o Município não paga, o fundo desconta. Então, precisamos de fato estruturar uma operação que também garanta a possibilidade de existência da PPP. Com a iluminação pública é mais fácil em razão da Cosip. Mas nas outras, estamos estudando e devemos em breve também encaminhar algo à Câmara nesse sentido, a instituição de um fundo imobiliário, em que os imóveis pertencentes à Cidade componham esse fundo e que Curitiba possa usar esse ativo de forma inteligente. Porque se Curitiba fosse uma empresa, teríamos um ativo extremamente mal remunerado, que é de fato esse ativo imobiliário, esse imobilizado nosso aqui da Prefeitura. Com esse fundo, pretendemos que isso tenha maior dinamicidade, que o Município consiga trabalhar isso, inclusive com as PPPs. Então, PPP sim é importante. Estamos estudando outros aspectos. Existem experiências de municípios, por exemplo, parece-me que Salvador fez uma PPP para hospital público, e me parece que é um modelo que deu certo. Então, isso tudo tem que ser estudado, obviamente trazendo à nossa realidade de Curitiba. Mas antes da PPP precisamos ter a estrutura pronta para garantir o recurso. Parece-me que era isso.- O Sr. Mauro Bobato:- Desculpe-me quebrar o protocolo, Vereador Thiago Ferro, mas só gostaria, Secretário, a minha intenção, se o Poder Público não tem condição, deve viabilizar que a iniciativa privada faça. Desculpe, Thiago, mesmo, mas é só uma situação pontual. Eu tenho uma demanda de trinta quilômetros de asfalto, a minha comunidade me cobra e a comunidade não tem condições de investir. A comunidade também não tem essa capacidade total, mas há viabilidade de disponibilizar que o morador consiga viabilizar junto com seus contêrreos para que seja executada essa obra. Mais ou menos nessa linha.- O SR. VITOR PUPPI:- Essa parte especificamente do asfalto, fora as ruas que a Prefeitura já tem, e a prova está aí, recapeado, enfim, e colocado asfalto em razão dos convênios firmados com o Estado do Paraná, essas outras ruas dependem também de uma outra forma criativa de ter recursos. Uma forma seria, até o Presidente já mencionou, a contribuição de melhoria. Nós estamos estudando também se é ou não viável a contribuição de melhoria hoje em dia ou também resgatar um programa que existia antigamente, que é aquela parceria do asfalto, não lembro o nome do programa, mas aquele asfalto parceiro em que se dividiam os custos. O problema é que, mesmo assim, isso exige um descaixe financeiro anterior da Prefeitura. E esse ano de fato é um ano de ajuste, é um ano de cobrir pelo menos nosso custeio básico. Esse é o nosso objetivo principal, custeio básico e pessoal, obviamente. Então, imaginamos que um programa desses deve exigir no mínimo cinquenta milhões de reais para começar. E hoje não temos programado esse recurso, esperamos que para o próximo ano, com a continuidade das medidas, aí sim tenhamos fôlego. Nós já temos fôlego para esse ano para fechar o custeio, que é uma grande conquista. Imaginamos que a partir de 2018, aí sim, consigamos passar a investir em asfalto com recursos próprios. Vou passar às perguntas da Vereadora Josete. Sobre o Refic, agradeço a pergunta, acho que é extremamente pertinente, o Refic de fato se tornou um vício, porque o contribuinte muitas vezes deixa de pagar sabendo que vai existir um Refic.

Então, precisamos lidar com o Refic com muita sabedoria. Não houve um acréscimo da arrecadação com o Refic, o que houve foi que o decréscimo da receita foi, em certa medida, coberto em razão do Refic. Mas atribuo isso muito mais a uma prática do contribuinte, não só no Município, mas também no Governo Federal, está aí agora essa discussão que o Congresso está piorando uma medida que o Executivo propôs nesse sentido, então, a questão do Refic precisa ser vista com cautela, claro que o contribuinte também deve ter oportunidade em determinados períodos de dificuldade de acessar e garantir a sua regularidade tributária, mas não como uma prática renovada todo ano. Então, me parece que essa ponderação é muito importante até para a saúde financeira do Município. Com relação às alternativas de arrecadação do Município, temos trabalhado principalmente com a implementação de sistemas, a Nota Curitibana deve ser lançada ainda esse ano, pretendemos que para o Natal a Nota Curitibana já esteja funcionando, precisamos também de uma política de conscientização das pessoas, assim como ocorreu com a Nota Paraná, que hoje se pede o CPF também agora nos estacionamento, nos salões de beleza, nas academias, enfim, onde se presta o serviço que o contribuinte também seja conscientizado a pedir a nota fiscal e, aí sim, participar das premiações que a Prefeitura ainda vai definir. Além, obviamente, da Nota Curitibana, nós temos sistemas novos sendo implementados com relação a construção civil, pretendemos colocar no ar em breve isso, devemos protestar os primeiros contribuintes na próxima semana, vamos protestar cerca de cem contribuintes inadimplentes com o Fisco Municipal, porque não é justo que aquele contribuinte que paga em dia as suas obrigações seja tratado de uma forma igual aquele contribuinte que costumeiramente é inadimplente. Então, pretendemos sim tornar mais efetiva a cobrança da dívida ativa do Município, que é um estoque muito grande e muito significativo com essas medidas. Também estamos estudando cobrar, inscrever também nos órgãos de proteção ao crédito, qualquer medida de fato que torne a arrecadação mais eficiente e justa, também do ponto de vista tributário, vai ser implementado pelo Município. Com relação à renúncia fiscal e projetos eventualmente em trâmite nesta Câmara, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal diz que toda renúncia fiscal deve ser acompanhada de um acréscimo na receita, Artigo 16, se não me engano, da LRF, ou de uma diminuição da despesa continuada. Então, qualquer renúncia fiscal tem que ser pensada nesse prisma. Não podemos, além por motivos obviamente financeiros, abrir mão de receita, mas também temos que acompanhar com um acréscimo de receita na hipótese de desoneração de algum setor, alguma coisa neste sentido. Com relação aos pagamentos de 2017, Denjud, Cavo, Rișotolândia, enfim, fornecedores do município, todos estão rigorosamente em dia. É claro que existe uma demora às vezes com relação ao processamento desses pagamentos, isso é absolutamente normal, mas todos os fornecedores estão recebendo em dia as obrigações, seja com o Tesouro Municipal seja com convênios que a Prefeitura firmou, temos mantido isso em dia. Já os pagamentos de 2016 seguirão a regra do leilão e do parcelamento, como eu disse ali na apresentação. Com relação a esses contratos da Cavo, IPMC, ICI e TecnoLimp e despesas de licitação, o que na verdade acontece é que cada caso é específico. Com relação ao ICI, existe um contrato de emergência em curso, justamente para que, até a licitação seja finalizada deve haver a continuidade de serviço. Então, o município como autoriza a lei, faz o contrato de emergência. Hoje existe um questionamento no Tribunal de Contas com relação ao ICI e também com relação à licitação do lixo. Enquanto isso não for equacionado, não for resolvido, o município continua com o contrato de emergência, porque é a única forma do município garantir o serviço, se não fosse o contrato de emergência, seria o ressarcimento. E o ressarcimento me parece muito mais perigoso, porque é uma despesa sem contrato. Nós tínhamos vários contratos deste tipo, estamos identificando e, pouco a pouco, equacionando esta questão dos contratos pagos por ressarcimento. Com relação ao IPMC, os repasses estão regulares, o valor da contribuição dos servidores está indo rigorosamente em dia, aquele valor que foi reconhecida a dívida pela Câmara Municipal foi descontado do IPMC. Esse valor teve um encontro de contas pela

utilização desse saldo que a lei reconheceu devido. Então, as contribuições estão em dia, o plano atuarial também está em dia. Existe uma auditoria de praxe do Ministério da Previdência que deve apontar uma ou outra questão. Nós vamos responder se for o caso. E o plano é de fato sustentado por parecer atuarial. Veja, a reforma da previdência federal, se é que vai sair ou se sair alguma coisa, obviamente vai implicar em mudanças também em Curitiba. Estamos aguardando e analisando atentamente o que vai acontecer no âmbito federal, para estudar quais são os próximos passos aqui com relação a previdência. Mas me parece que o mais importante disso tudo é, de fato, se assegurar que o aporte do IPMC seja repassado integralmente nos próximos exercícios e é por isso que colocamos no orçamento, também no PPA, esses valores do aporte financeiro ao IPMC.- À SRA. PROFESSORA JOSETE:- Secretário, só em relação ao ICI, já há um edital de licitação? O SR. VITOR PUPPI:- Já há um credenciamento, essa questão até pode ser melhor respondida depois seja pela Cinthia ou pela Procuradoria, mas até onde eu acompanho, há um credenciamento em curso para aquelas entidades interessadas em prestar o serviço para Curitiba, como determina a Legislação e deve ser, de fato, licitado, o serviço vai ser repartido nos próximos meses, o ICI. Mas já está em curso, já foi aberto o credenciamento e me parece que o prazo são trinta dias desse credenciamento e, a partir daí, os interessados, as empresas ou as organizações interessadas, podem se habilitar a prestar o serviço. Com relação à data-base dos servidores, ainda não há nada definido, o nosso principal compromisso é assegurar o pagamento das obrigações em dia, seja com relação a salários, seja com relação a fornecedores. Não podemos pensar em qualquer majoração, seja reajuste, seja plano de carreira, o que for, sem que exista um sustentáculo na receita. Não é possível se pensar em algo, estabelecer, é uma despesa continuada, porque a partir do momento em que se dá o reajuste ou que se dá qualquer espécie de plano, enfim, você precisa ter uma receita do município que acompanhe este pagamento. Então, é claro que o Poder Público tem essa limitação, no que diz respeito a manutenção dos cargos e redutibilidade de salário, isso faz com que o Poder Público tenha uma conotação um pouco diferente de uma empresa privada ou, por exemplo, de uma sociedade de economia mista, que já foi pacificado, pode reajustar a folha. Temos que de fato que primeiro garantir e, a partir daí sim, de uma certeza de uma receita crescente, uma receita que garanta o pagamento dos servidores. O que não é possível é prometer qualquer coisa que não possa ser cumprida. Tudo que de fato dissemos, temos feito frente, temos cumprido. Então, ainda não há definição, mas o ressalvo, por assim dizer, da Secretaria de Finanças é nesse sentido, precisamos ter uma receita que justifique qualquer crescimento na despesa de pessoal.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Secretário, vou pedir desculpas devido ao adiantado da hora, já peço para que façamos uma prorrogação do tempo de debate da audiência. Tivemos o início da Sessão, salvo engano, 9h08min, que se estenda a 12h08min, só para fechar o tempo regimental e dar possibilidade dos demais participarem.- O SR. PRESIDENTE:- Em votação. (Pausa). APROVADO.- O SR. VITOR PUPPI:- Voltando aqui, agradeço a contribuição do Diretor de Controle Financeiro, com relação a dispensa dos contratos. Parece que eu tinha abordado esse sentido, mas as dispensas de licitação são justamente para a contratação de emergência, então, é o trâmite legal de fato, antes de se fazer a licitação de serviços. Provavelmente, o contrato da Tecnolimp, não conheço o contrato, nunca li o contrato, sei que existe a despesa obviamente, mas ele deveria ser por ressarcimento. Devemos ter renovado por contrato de emergência, para a partir daí sim fazer a licitação. Mas esse é um caminho, é um procedimento antes da licitação, considerando a impossibilidade de interrupção dos serviços. Todas essas licitações estão, de fato, ou em andamento ou em fase de credenciamento. Isso é importante ressaltar. No que diz respeito ao limite prudencial, falta de servidores, enfim, é claro que o nosso quadro é um quadro que vai envelhecendo. Nós tivemos muitos pedidos de aposentadoria no Município nos últimos meses ou nos últimos anos. Temos a previsão de contratar em torno de setecentos professores agora entre 2017 e 2018. A partir daí, seja por meio de credenciamento, seja por meio de professores, seja por meio de

reescalonamento, abrir esses CMEIs que estão atualmente fechados, são doze CMEIs. Com relação a Guarda Municipal, temos um concurso já finalizado, temos a previsão de chamar sessenta guardas este ano e, salvo engano, em torno de cem, cento e vinte para o próximo ano, lembrando que, é claro, a contratação, a nomeação de servidores públicos impacta também a despesa de pessoal. Então, quando pensamos em incorporação, em reajuste, em qualquer coisa nesse sentido, devemos pensar também no chamamento dessas pessoas e também no impacto atuarial que isso causa na previdência municipal. Foi aprovada agora a previdência complementar, mas cada servidor também traz um impacto financeiro que o Município precisa ter capacidade de honrar. Essa falta de servidores, existe obviamente estudos e eu não sou de fato a pessoa mais capacitada para responder, talvez o Secretário de Recursos Humanos possa dizer quais áreas existem. Eu posso dizer, por exemplo, dos auditores fiscais. Temos sim uma necessidade de incrementar o quadro. Estamos tomando medidas ou pelo menos procurando tomar medidas que façam o atendimento, a atividade do auditor fiscal mais eficaz, para não gastar horas, que são horas caras ao Município em serviços não tão proveitosos. Mas temos sim falta de pessoal e isso é uma realidade não só em Curitiba, mas também em qualquer ente da Federação, provavelmente exista essa falta de efetivo. Parece que era isso.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti.- O Sr. Bruno Pessuti:- Bom dia, Secretário. Quero registrar a presença da minha filha, Maria Clara, junto comigo no Plenário. As perguntas que eu ia fazer remontam desde o início da legislatura passada e, na verdade, é para parabenizar pela efetiva retirada do FUC do orçamento da cidade, que a gente solicitou durante muitos anos, e agora a desvinculação da taxa de lixo do IPTU, que também havíamos solicitado durante vários anos. E a pergunta é: como está a questão dos novos aplicativos do transporte? Como está impactando na receita, se já está impactando na receita. E o Nota Curitibana, de que forma ele está sendo impactado na receita do Município, e se é necessário mais divulgação para que as pessoas façam o pedido da nota fiscal nas prestações de serviço. É também o pedido, um dos antigos pedidos que temos feito à Prefeitura, é que cada vez se faça mais financiamentos. A Prefeitura ainda tem potencial para adquirir financiamento junto a entidades como o Governo Federal, BID, Agência Francesa, entre outros. A gente sabe que está acontecendo, mas que fique cada vez mais ampliado, visto que estamos entrando num período de mais calma econômica, de possibilidade de crescimento econômico. Então, o horizonte é favorável, no futuro, para que a gente possa fazer mais investimentos a Cidade de Curitiba ampliar a qualidade do serviço que é prestado à população, com mais obras viárias, mais construção de equipamentos públicos e um atendimento melhor para a população. Parabéns, Secretário, pela conduta dentro da Secretaria. Terá o nosso apoio.- O Sr. Ezequias Barros:- Bom dia, Secretário. Quero parabenizá-lo pela explanação clara e lúcida que sempre traz a esta Casa. Eu quero mesmo é congratular contigo, porque creio que a Prefeitura fez aquilo que tinha que ser feito no momento certo. Eu creio que até um pouco atrasado, mas a Câmara tomou a decisão de, junto com a Prefeitura, fazer essas mudanças. Eu gostaria que o senhor falasse um pouco do que significa tudo isso. O que significa toda essa participação da Câmara como um retorno que estamos vendo hoje. Tomamos muita pancada de todo lado, até agora, e vamos ainda, mas estamos vendo que é o caminho, que está correto. Vendo a Prefeitura pagando os salários de todo mundo, enquanto em muitos municípios, em muitas capitais a situação não é a mesma. Parabenizá-lo, desejar muito sucesso à frente da Secretaria ao senhor e toda equipe da Secretaria de Finanças.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as colocações do Vereador Ezequias. Vou começar por essa questão. A participação da Câmara é fundamental, e tem sido fundamental. Foram momentos difíceis que acompanhamos no início do ano, enfim, um embate desproporcional, para dizer a verdade, mas de fato o Município tomou as providências, com o apoio desta Câmara Municipal, que precisavam ser tomadas. Não fosse a Câmara Municipal, o Município iria acumular dívidas, porque existiria o direito, certamente a ser reconhecido pelo Judiciário, a implementação dos planos,

enfim, a assunção de responsabilidades, que foram suspensas. Então, o Município precisava fazer isso, não poderia o Executivo sozinho, sem o apoio da Câmara, também na questão da regularização do IPMC, do aumento da alíquota, que nos trouxe de fato a possibilidade de colocar a previdência dentro do orçamento. Nesse sentido, de fato, a participação de todos os Vereadores é fundamental, tem sido fundamental. E ainda precisamos de mais alguns projetos, porque esse é um ajuste constante. Como V.Exa. disse, talvez o momento disso poderia ter sido anterior. Mas, coube a nós, e coube a essa legislatura tomar as medidas corajosas de fato, e que vão ser sim lembradas. Vale lembrar que a Lei de Responsabilidade Fiscal nacional sofreu uma resistência terrível na época para ser aprovada, e hoje em dia todos reconhecem a importância e o instrumento fundamental que é a LRF nacional, como também temos certeza que a LRF municipal, e as outras medidas de responsabilidade que foram tomadas e aprovadas por esta Câmara. Com relação as perguntas do Vereador Bruno Pessuti, agradeço a colocação sobre o FUC, os aplicativos que se credenciaram no Município de Curitiba, aqueles que já funcionam, o Uber, o Cabify, o 99, talvez eu esteja esquecendo algum, mas esses que já funcionam em Curitiba se credenciaram e eles passam a recolher o preço público a partir de 05 de outubro. É o quinto dia útil do mês, salvo engano é o quinto dia útil do mês, eles passam ter a obrigação de recolher o preço público para Curitiba. Todos já aderiram à regulamentação, inclusive muitos deles elogiaram de fato a regulamentação de Curitiba. Agora nos cabe fiscalizar, e tenham a certeza que esses aplicativos vão também pagar a sua parte e contribuir a sua parte, como também as outras categorias, táxis, enfim, que pagam para a Cidade. Com relação ao Nota Curitibana, o programa ainda não começou, não foi implementado. Devemos implementar o programa até o Natal e deve ser sim seguido de uma conscientização, uma política de aproximação do contribuinte, mas a partir do momento em que o sistema estiver pronto, vamos divulgar com a máxima intensidade e contamos com o apoio da Câmara de Curitiba. Com relação aos espaços para funcionamento, temos buscado operações de crédito com os parceiros já tradicionais do Município, que são a Agência Francesa, o BID e também a Caixa Econômica Federal, por meio também do orçamento da União, também temos essa possibilidade, e é por isso que o orçamento de 2018 seguiu com uma previsão de quatrocentos milhões de reais. Também boa parte disso são operações que o Município pode contratar. E é um cenário, de fato, favorável, porque a Selic está, hoje, em um patamar muito mais baixo, estamos em torno de 7%. O Governo Federal também fez um ajuste na TJLP, então, hoje em dia o endividamento de fato está mais barato do que era há pouco tempo atrás. Isso o ano passado talvez fosse inviável. Hoje em dia começa a se tornar mais viável uma operação nesse sentido. Era isso.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, Vereadores: Noemia Rocha, Professor Euler e Geovane Fernandes.- A Sra. Noemia Rocha:- Obrigada, Secretário Puppi, pelos esclarecimentos. Eu estava observando, você fala tudo em números pela cabeça, assim, acho fantástico. Mas assim, eu não era Base a gestão passada, e a informação que tínhamos era de que eles tinham recebido do grupo que hoje atua, uma dívida de seiscentos milhões de reais, e aí veio a informação de dois milhões e cem. Pelo que percebi e entendi, foram zerados esses dois milhões e cem e eu gostaria de saber em que área foi zerada essa questão de deficit de dois milhões e cem. Onde estavam distribuídos e em que áreas e setores foram distribuídos. Tem uma previsão de 4% de investimento. Eu gostaria de saber como é que está concentrado esse montante e em quais áreas será feito esse investimento. E outra pergunta, qual o impacto para 2018 da redução de gastos obtidos com o pacote, e se esses 4% estão sendo contemplados. Gostaria de saber também, a liminar que impedia ou impede a retirada de seiscentos milhões do IPMC continua valendo? Como é que está a questão, até porque a Prefeitura quer essa devolução e tem um plano de investimento desses seiscentos milhões. Já tem um planejamento desses recursos? Em que áreas? Gostaria de saber também, não sei se é tão técnico, têm vários números, qual o valor hoje da inadimplência? Que montante está esse valor? E se já foi regularizado esse cadastro de inadimplentes junto aos órgãos federais e

junto ao Tribunal de Contas, para destravar recursos vindos do Governo Federal. Enfim, vários recursos e como está essa situação? Secretário, na época do debate - e na nossa leitura faltou debate - veio aqui o Sindicato dos Fiscais Auditores, e ele nos colocou que se houvesse, porque a questão hoje do sindicato é muito arcaica, o departamento é arcaico, há dificuldade de arrecadação, considerando que há uma possibilidade de investimento para oito milhões, para uma estimativa de arrecadação de trinta milhões, existe essa proposta neste governo, de fazer investimento nessa área, do departamento de fiscalização de auditores? Essa é a minha pergunta. E para concluir, tivemos uma informação do Hospital Pequeno Príncipe, de uma dívida da Prefeitura de sete milhões. A Prefeitura reconhece essa dívida? Gostaríamos de ter essas informações para que pudéssemos avançar. Muito obrigada.- O Sr. Professor Euler:- Agradecer ao Secretário Puppi pela explanação, sempre muito clara, bem feita. Secretário, há, segundo relato seu, uma queda na arrecadação de Curitiba, obviamente, esse não é um problema dessa gestão, é uma inercia arrecadatória, uma coisa que não se vence rapidamente, tomam-se medidas e isso se verifica depois com resultados ao longo do tempo. Algumas pessoas podem dizer que isso é fruto, exclusivamente, da crise, mas quando olhamos para São Paulo, a receita de São Paulo tem crescido nos últimos anos. Então, alheia, parece que à crise, São Paulo deve ter tomado algumas atitudes que fizeram com que essa receita crescesse. Me parece que uma diferença que existe entre a forma de pensar a estrutura arrecadatória de São Paulo e Curitiba, é que aqui os fiscais trabalham por impostos, enquanto em São Paulo eles trabalham por habilidades. Então, por exemplo, a pessoa que tem habilidade em tratar de isenção de impostos, ela cuida de isenção em todos os impostos. A pessoa que é fiscal, ela fiscaliza para todos os impostos e aqui não, parece que nossos funcionários da Secretaria de Finanças trabalham separados por impostos. Eu não sei se isso procede e se proceder é algo que, modificado, pode dar um maior resultado de maior eficiência arrecadatória. Muito obrigado.- O Sr. Geovane Fernandes:- Bom dia Secretário! Gostaria de fazer uma pergunta e se o senhor puder me responder, fico feliz. Qual o valor de precatórios para ser pago em 2017 e se para 2018 à previsão pode passar de cem milhões? Gostaria de saber no seu contexto como funciona o pagamento das precatórias, a sequência como são pagas as precatórias. Muito obrigado.- O SR. VITOR PUPPI:- Começando pela Vereadora Noemia Rocha. Agradeço as perguntas. Vou começar pela última. Com relação a essa dívida do Pequeno Príncipe, eu desconheço. De fato não tenho informação, tenho informação que a Secretaria de Saúde nos repassa dos credores do Município, efetuamos pagamento de boa parte desses credores, boa parte são verbas do Governo Federal, são repasses do SUS. Então, essa questão específica do Pequeno Príncipe, vou pedir para verificar e volto a dar o retorno a V.Exa. assim que tiver a notícia. Com relação ao déficit de dois bilhões, cento e noventa milhões, não é que ele foi zerado, posso explicar do que era composto o déficit e como estamos atualmente. Então, só o IPMC representava em torno de quatrocentos e cinquenta e três milhões de reais, que o Município teria que aportar e eu havia dito que o Município não tinha esse recurso no orçamento e o Município não ia pagar esse dinheiro, porque não tinha condições financeiras para pagar. Esse valor, obviamente, com os termos que foram aprovados aqui, com a reestruturação do plano do IPMC, com o novo cálculo atuarial e com reconhecimento da dívida, esse valor deixa de existir, ao mesmo tempo tínhamos um déficit em torno de quinhentos e quinze milhões de reais de custeio para secretarias, que os núcleos financeiros informaram. Então, por exemplo, nos faltava para a FEAES, orçamento a partir de julho, para lixo não tínhamos dinheiro para pagar a partir de agosto. Então, estes valores, com o ajuste fiscal, com alguns remanejamentos também nas dotações das contribuições devidas pelo Município, conseguimos remanejar e suplementamos trezentos e setenta e seis milhões para secretarias, o resto, a diminuição de contratos ou nós também forçamos um pouco para que as secretarias diminuam o seu custeio. Então, só desses dois, estamos falando em torno de oitocentos milhões de reais. Nós tínhamos mais, em torno de trezentos milhões e algo assim dos planos de carreira, que foram a implementação e foi, por enquanto, suspensa, esse valor também sai,

mas temos as dívidas. Então, ainda estamos trabalhando com essas dívidas que foram deixadas. O déficit é zerado, eles de fato diminuem muito. Pretendemos, em breve, mandar aqui para a Câmara um projeto de revisão da meta fiscal, aí sim, até a Vereadora Professora Josete dizia que não existe mais o déficit, porque estamos aprovando a lei. Na hora que a lei foi aprovada existia, ele deixa amenizado a partir da vigência da lei. Com relação à gestão passada, preciso verificar. Sei que existe um processo no Tribunal de Contas que a gestão passada encaminhou contra a gestão retrasada, mas se judicializou ou se está no Tribunal de Contas, mas nos cabe aqui, o meu perfil é esse, é um perfil muito mais técnico de trazer a realidade orçamentária do município. Então, neste sentido, o meu compromisso com a cidade e com o Prefeito Rafael Greca é esse, é de ter e trazer o número verdadeiro. E o prefeito tem dito, tem redito e tem frisado, a necessidade de se observar a responsabilidade fiscal.- O SR. PRESIDENTE:- Secretário, vou precisar interromper, porque o nosso tempo se esgotou, inclusive a prorrogação.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Então, solicito mais um tempo de prorrogação, Presidente. Acredito que mais dez minutos, cinco minutos? Não? O SR. PRESIDENTE:- Presidente Serginho, nós não vamos vencer, porque temos mais de dez Vereadores inscritos.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Ah, ok. Perfeito.- A Sra. Noemia Rocha:- Mais dez minutos, Presidente.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Só cinco minutos para fazer o encerramento, então.- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a participação de todos, vou repassar as perguntas ao Secretário. Aquelas que estão identificadas serão respondidas. (Pausa). Vou colocar em votação cinco minutos de acréscimo.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Pediria que colocasse em votação, Presidente, se pudesse dar um tempo, porque acho que tem vários Vereadores inscritos.- A Sra. Noemia Rocha:- Acho interessante por dez minutos. Ele nunca vem aqui, aí quando vem.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Gente, pelo menos quinze minutos.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Pela ordem, por gentileza, Vereadores. Presidente, questão de ordem. Coloque em votação, por gentileza.- O SR. PRESIDENTE:- Presidente, para que a gente possa prorrogar a Sessão, preciso interromper a audiência, o senhor precisa assumir e colocar em votação.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Exatamente. Então, volto, assumo a presidência e a gente dá continuidade. Perfeito.- O SR. PRESIDENTE:- Eu vou encerrar a audiência por estarmos com o tempo esgotado e já vencido. Temos dez Vereadores inscritos, fora os visitantes, não temos condições de levar mais meia hora a audiência. Agradeço o Secretário, agradeço a Aline e a participação de todos. A audiência está encerrada. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Está reaberta a Sessão.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Presidente, para formular requerimento. (Assentimento). Veja, são meio-dia ainda, é um tema importante, o Secretário tem uma condição muito boa de esclarecimento, pelo menos quinze minutos para podermos fazer a Sessão.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- A audiência foi encerrada pelo Presidente. O senhor me desculpe, é regimental. O Presidente da Comissão regimentalmente encerrou a audiência, deixando claro. Estamos agora em continuidade da nossa Sessão Ordinária. Só para que os Vereadores entendam, temos só três minutos para o tempo final. Peço a compreensão dos Vereadores.- O Sr. Pier Petruzzello:- Sr. Presidente, para esclarecimento. (Assentimento). Primeiro só uma breve correção. Dizer que o Secretário de Finanças nunca vem aqui não é verdade; segundo, ele está sempre à disposição. Sabendo que o Secretário de Finanças está à disposição da população e desta Câmara, solicito pelo menos mais quinze, vinte minutos, para que ele possa prestar os esclarecimentos aos Vereadores. É um Secretário que está totalmente disponível a prestar os esclarecimentos, acho que isso é bom para a cidade e para a Câmara de Vereadores. Agora eu preciso entender, acabou a audiência pública, V.Exa. não pode continuar com o Secretário na Mesa? O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Há uma disposição por parte do Secretário, há uma disposição por parte dos Vereadores. Na verdade, como o

Vereador havia encerrado a audiência, vamos pedir para que ele revogue o encerramento, ele reassume a Mesa. Só para esclarecer, o Presidente da Comissão, como está presidindo a audiência, então, a partir de agora transfiro a ele novamente, ele revoga o encerramento da Sessão e vamos pedir um tempo maior de prorrogação, como eu havia pedido antes, acredito que trinta minutos que terminaremos.- O Sr. Rogério Campos:- Para registro, Sr. Presidente. (Assentimento). Quero registrar que o Vereador Pier Petruzzello demonstra uma gigantesca liderança neste Plenário. Parabéns.- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Esgotou o tempo regimental. Porém, como havíamos solicitado um tempo de prorrogação em acordo com o Presidente da Comissão, ele fará a prorrogação por mais trinta minutos da audiência. Está encerrada a audiência pública, eu encerro a Sessão, o Vereador Thiago Ferro reassume dando continuidade por mais trinta minutos de prorrogação da audiência. Peço aos Vereadores que registrem suas presenças.- (Os Srs. Vereadores registram suas presenças no painel eletrônico).- O SR. PRESIDENTE (Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto):- Na sequência o Presidente da Comissão dará continuidade à audiência pública. Conforme acordo dos Srs. Vereadores é possível trinta minutos de prorrogação do tempo da audiência, levando em consideração que a audiência foi encerrada dentro do tempo regimental. Agora mais trinta minutos por acordo de lideranças e Vereadores. Neste momento peço que o Vereador Thiago Ferro reassuma a Mesa.- (Vereador Thiago Ferro reassume a presidência da Audiência Pública).- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Presidente Serginho por respeitar o horário regimental e dar oportunidade àqueles que tem compromissos de irem com suas agendas. Reabrimos a audiência pública devido a importância e a disposição do Secretário. Vamos prorrogar por trinta minutos para contemplar os Vereadores. O Sr. Secretário estava com a palavra ainda respondendo ao Vereador Geovane Fernandes e Vereador Professor Euler.- O SR. VITOR PUPPI:- Prometo ser bastante objetivo nas respostas e aquilo que eu não tiver, estou à disposição e a equipe de finanças também pode depois encaminhar. Para concluir, a questão do déficit. Ele não terminou, ele ainda existe, mas de fato foi amenizado e devemos encaminhar em breve à Câmara uma revisão daquela meta fiscal, já considerando os projetos que foram aprovados. Com relação ao investimento do município, sinceramente acho que isso não é resultado ainda do ajuste fiscal, porque o nosso recurso próprio é muito pequeno, a maioria do investimento ainda é de fonte seja do Governo Federal, do Estado, Operação de Crédito, isso vai ser recuperado, como eu disse, há um objetivo ao longo dos próximos exercícios. Aonde esse investimento está concentrado. Ele está dividido em manutenção urbana, em melhorias, em próprios municipais, em conclusão de próprios municipais, mas com uma ressalva que gostaria de fazer que também constou na Lei de Responsabilidade Fiscal, não podemos mais construir equipamentos em Curitiba sem que pensemos no custeio. Então, construímos os clubes da gente, construímos estruturas grandes em Curitiba, mas não tínhamos o dinheiro para pagar a conta de luz. Isso tudo tem que ser, de fato, analisado antes de se pensar em construir um novo equipamento, quanto mais quando for um equipamento maior, por exemplo, um hospital ou algo que o valha. Com relação a liminar do IPMC, é do nosso conhecimento que aquela decisão que existia foi revogada, existe uma discussão no Tribunal de Justiça e acredito que em breve deve haver um pronunciamento final do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná sobre a questão. A inadimplência, parece-me, com relação ao contribuinte, depende do tributo. O número que eu tenho de cabeça é que a inadimplência do IPTU, por exemplo, gira em torno de 12% a 14%. 12% a 14% daquele valor que é lançado não é arrecadado pelo município e fica em dívida ativa. Dos outros tributos, não sei de cabeça qual é o número, mas de fato não deve ser um número tão diferente. Do IPTU era esse valor. Com relação as certidões, o município sim está em dia. Tem a certidão liberatória do TCE, tem também a certidão liberatória da Previdência, não está no cadastro de devedores da União Federal. Então, temos condições sim de obter operações de crédito ou de receber recursos, por meio de convênio, da União Federal. Com relação ao sindicato, aproveito também para falar

sobre a colocação do Vereador Professor Euler, a quem agradeço a pergunta, e da modernização na parte da arrecadação do município. O que me parece é que temos de fato que investir e investir bastante em tecnologia. Temos ainda pilhas e pilhas de papel. Então o município, que era um exemplo, ficou para trás do Estado do Paraná. O Estado do Paraná já tornou eletrônico o trâmite processual e nós ainda insistimos com o papel. Mas como eu disse, quero dar um exemplo, porque esse projeto de lei deve ser encaminhado à Câmara em breve, também precisamos tomar algumas decisões, a exemplo do que São Paulo fez há muito tempo, de simplificar as coisas em Curitiba. Não é possível que um pedido para enquadramento de uma sociedade no ISS fixo, que serve para sociedades profissionais de médicos, advogados e dentistas, demorem às vezes quatro anos para ser definido. Tem que ser definido no mesmo exercício. E o contribuinte também tem que arcar com a responsabilidade de prestar informações falsas, se for o caso. Isso tudo também depende de alteração legislativa e, mais uma vez, precisamos da Câmara nesse sentido. E entrando também nas colocações do Professor Euler, tem toda razão quando diz que São Paulo aumentou a arrecadação. E tem aumentado. Mas São Paulo há muito tempo tomou medidas que estamos propondo agora e que deram resultado. Um exemplo delas é a modificação da cobrança do ITBI. O ITBI em São Paulo é cobrado na escritura. Existe uma polêmica no Supremo Tribunal Federal se de fato seria esse o caminho, mas hoje existe uma lei federal que manda o tabelião certificar o recolhimento do ITBI na escritura. Então, também podemos avançar nesse caminho. São Paulo, na construção civil, tem uma alíquota de 5% e um software, e as construtoras, que representam boa parte da arrecadação do ISS em São Paulo, travam aquelas deduções dos materiais; enquanto em Curitiba temos uma alíquota de 5% e um regime simplificado de 2%, e, infelizmente, os bons contribuintes às vezes acabam pagando pelos maus contribuintes, mas existe uma evasão fiscal muito grande em relação a sonegação às vezes com despesas de material, enfim. Então, precisamos trazer isso para um mundo não do papel, um mundo muito mais simples, e isso passa pela implementação de sistemas e pelo investimento também em sistemas, principalmente de informática, para aumentar a arrecadação. A parte das habilidades por auditor fiscal, eu não sabia, vou me informar. Pessoalmente acredito que o ISS, IPTU e ITBI, que são os tributos municipais, embora contenham diferenças entre si, partem de uma mesma lógica, que é o sistema tributário nacional. Então, de fato existe uma segmentação histórica em Curitiba porque existe o Departamento de Rendas Mobiliárias, que cuida do ISS e, Imobiliárias, que cuida do ITBI e do IPTU. É preciso sim modificar, acho que começar pela retirada dos auditores fiscais daquele atendimento de balcão. Acho que é uma perda de tempo e de recurso esses auditores, que custam caro para o município, fazerem um trabalho que pode ser feito às vezes por outros servidores ou até por uma empresa. Nessas medidas que estamos avançando. Parece-me que é um conjunto, modificações legislativas. Então, São Paulo aumentou a arrecadação por quê? Porque a legislação de lá também é bastante avançada nesse sentido. Precisamos também aqui ter a coragem de enfrentar às vezes algumas resistências e votar de fato, e colocar a proposição pelo menos, a tributação mais moderna, mais justa para o contribuinte. Mas privilegiando também aquele contribuinte que paga, e diminuindo a inadimplência. Precisamos protestar também, porque não é possível que tenhamos aí um estoque tão grande de dívida, sendo que a nossa cobrança ainda é, de certa forma, ineficaz. Com relação à pergunta do Vereador Geovane Fernandes, a respeito do precatório. Em 2017, temos uma previsão em torno de vinte milhões de reais de pagamento de precatório, e infelizmente, eu diria que pegamos um ano aí brindado, em 2018 esse valor sobe para cento e dez milhões de reais em precatórios, ações transitadas em julgado e que se acumularam no exercício de 2018. Estamos estudando ainda como vamos fazer o pagamento. Existem algumas formas previstas pelas Emendas Constitucionais, a 3062, e agora 93, salvo engano, que autorizam a utilização de depósitos judiciais; nós já utilizamos os depósitos tributários. Mas estamos estudando para tentar direcionar o recurso de uma forma mais inteligente e utilizar mecanismos que não seja unicamente a fonte

do Tesouro Municipal, que de fato é um dinheiro que depois, ao final do exercício, falta. Mas esses de 2017 serão todos adimplidos, e 2018 estamos estudando as alternativas.- O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, Vereador Felipe Braga Côrtes.- O Sr. Felipe Braga Côrtes:- Obrigado. Rapidamente, Secretário, primeiramente, parabéns pela exposição, demonstra conhecimento, e isso é muito importante. O ponto que o Vereador Professor Euler relatou, eu também ia tocar nesse assunto, mas realmente, em função de toda aquela discussão, os auditores fiscais nos procuraram e nos auxiliaram em muitas coisas, e uma das situações era bem isso, era tentar que a Câmara de Vereadores de alguma maneira ajudasse, contribuísse no sentido de aparelhar melhor a estrutura. Isso, é claro, pela sua fala, está concordando. E só quero fazer um pedido. Na sua fala foi abordado a respeito de mudanças na planta genérica, mudanças na cobrança de ISS, e aí um relato do que aconteceu. Seria muito importante que se tivesse a oportunidade de conversar com as entidades que nos procuraram naquele momento, alguns Vereadores foram procurados, no sentido de estabelecer o que vai acontecer. Eles estão, eu senti isso, nós sentimos isso da parte deles, de poder conhecer, dialogar, entender às vezes o contraditório, talvez não concordem, mas isso seria fundamental. Falo isso da ABO, Associação Brasileira de Odontologia, da OAB, com quem vocês estiveram, foi direto até o contato com vocês, Sinduscon e tantos outros. Então, acho que isso ficaria legal e, da nossa parte, poderíamos participar nessa discussão. Daí, vem para a Câmara, há os debates nas comissões, mas já aprofundado com esses setores, que acabam nos procurando no sentido de tentar interferir. Talvez seja melhor e mais produtivo o Executivo fazer isso antes. Era essa a sugestão. Obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Serginho do Posto.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Vou ser bem breve, Secretário. Primeiramente, queria fazer uma saudação ao senhor e a toda sua equipe, e dizer que gestão se faz com lucidez e ação. Eu percebo que em nove meses frente a essa pasta o senhor tem feito uma ação muito propositiva, focada e também com uma lucidez muito grande quando pensamos no planejamento tributário e financeiro do Município. É necessária essa lucidez. Quem assume uma cadeira de Secretário de Finanças de uma Prefeitura com a envergadura de Curitiba, tem que ter isso. Senão acontecem equívocos, como aconteceram no passado. Tivemos uma gestão que deixou uma dívida de quase quatrocentos milhões, e uma segunda que deixou uma dívida de um bilhão e duzentos; e o pior: seiscentos milhões sem empenho. Uma Lei de Responsabilidade Fiscal que vai completar quase vinte anos. É inadmissível. A Câmara de Curitiba resolveu um problema de gestão. A Câmara de Curitiba, a Câmara Municipal, resolveu um problema de gestões. Já na anterior havíamos novado uma dívida que foi deixada, e fizemos isso por lei; e nessa passada, com o envio desse ajuste fiscal, a Câmara teve sequelas, e resolvendo um problema de gestão, com isso, o que eu quero dizer? O senhor, frente a esta pasta, que mantenha essa lucidez ao longo da gestão para que daqui alguns anos a Câmara não sofra novamente essa interpretação, porque o que a Câmara fez foi o papel dela, mas o papel dela não é fazer gestão da Cidade, a Câmara não assina contrato, não contrata servidores e sim ratifica leis quando são enviadas a esta Casa, e sim colabora com a Administração, que é papel dela, isso nós fazemos, principalmente fiscalizar, porque vamos ter um enfrentamento futuro, um enfrentamento talvez político muito logo quando essas contas chegarem do Tribunal de Contas, teremos contas que serão enviadas à Câmara Municipal, nós temos contas dos exercícios anteriores que não foram enviadas a esta Casa. Aí é o papel da Câmara colocar uma lupa de fato e observar de que forma foi feita a gestão. Porque aí é o papel do Gestor, ele tem um compromisso com a Cidade. Então, queria saber quais medidas que o senhor tem tomado desde agora para que a gestão não sofra no futuro. Eu percebo que o ano que vem nós já vamos ter dificuldades na arrecadação do Município, percebo que o senhor também citou que será reenviado um projeto para a cobrança, talvez aumento da alíquota do ITBI e ISS, ISS sobre a prestação dos profissionais liberais, em relação a esses projetos, também em relação à revisão da planta genérica, porque a lei que foi aprovada por esta Câmara diz que a cada três anos precisa ser passada por

uma revisão. Então, queria saber algumas medidas que estão sendo adotadas para que não tenhamos lá na frente novamente um desgaste em que a natureza da Câmara não é essa, a natureza da Câmara é um papel fiscalizador e nós acabamos resolvendo problemas de gestão, mas corroboramos no dia a dia e sabemos dos problemas da Cidade, que também é nosso papel. Então, seria nesse sentido, mas em especial parabenizar a sua gestão de nove meses frente a esta pasta que é difícil, mas que o senhor tenha essa condição e lucidez de levar à frente de forma focada essas preocupações com as finanças do Município. Muito obrigado.- O SR. PRESIDENTE:- Nós temos mais três Vereadores para fazer perguntas, o senhor pode responder essas e depois abrimos o bloco de mais três.- O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço ao Vereador Felipe Braga Côrtes, apenas para voltar a um tema que também diz respeito ao que o Vereador Euler colocou. Nós vamos investir sim, nós temos a previsão do PMAT, que é um programa do BNDES para modernização da arrecadação tributária. Então, não me recordo aqui o número, mas, salvo engano, de vinte a trinta milhões de reais na modernização da administração tributária. Pensamos que daí sim vai ser possível dar um salto na fiscalização, mas também nos sistemas internos, conseqüentemente, no remanejamento do pessoal, na reorganização da estrutura interna. Vamos fazer o debate, havíamos conversado, depois que as leis foram enviadas, com o Sinduscon, que esteve algumas vezes lá, a OAB, não nos furtamos de forma alguma a conversar, acredito que todas as medidas são justificáveis e eu quero me colocar também, novamente, à disposição para debater com calma cada uma dessas medidas, até porque, a pecha de majoração de imposto é uma pecha depois muito difícil de ser afastada. Então, queremos demonstrar que estamos aumentando as isenções em algumas áreas, que estamos optando por ratificar a planta genérica, por questões operacionais também da Prefeitura nesse momento, e acredito que depois posso explicar com calma, vou falar um pouco mais quando responder as perguntas do Presidente. Mas me parece que era isso. Já adiantando e falando sobre as colocações do Presidente nesse sentido, eu agradeço as colocações, de fato, a equipe inteira da Secretaria de Finanças tem se dedicado, é um trabalho difícil, mas é recompensador, porque conseguimos ver que temos conseguido restaurar o equilíbrio para a Prefeitura de Curitiba. E acredito que independentemente do Secretário que estiver aqui sentado, a principal medida de gestão é o respeito absoluto ao orçamento. Nós precisamos respeitar o orçamento da Cidade, precisamos respeitar os limites do orçamento e defenestrar de vez essa prática das despesas fora do orçamento. Isso é uma praga que torna, praticamente, inadministrável ao município ou qualquer ente público que você tenha uma despesa e não tenha receita para fazer frente. As coisas, se feitas desta maneira, serão sim duradouras. Acredito que para os próximos exercícios não vamos deixar qualquer rastro neste sentido, pelo menos é o meu compromisso, compromisso do Prefeito Rafael Greca e ele mesmo tem dito, aliás, numa reunião dos secretários ele mesmo disse que os secretários estão completamente desautorizados de realizar qualquer coisa que não respeite o orçamento e vão responder pessoalmente se for o caso, neste sentido. Com relação às medidas de arrecadação, eu não queria já esgotar o curto tempo que temos aqui, porque cada uma das leis vai demandar alguma explicação prévia. Com relação ao IPTU, a planta genérica aprovada em 2014 ainda tem margem para crescimento, porque os valores venais que foram atribuídos aos imóveis, não foram atingidos ainda na sua plenitude. Entendemos que podemos manter por mais um ou dois exercícios essa planta genérica, ainda com limitadores, para que o crescimento da tributação da base de cálculo não seja tão expressivo assim, não traga uma surpresa negativa ao contribuinte. Mas precisamos avançar com a planta genérica nova, e por meio do Pmat, por exemplo, vamos ter a condição de fazer novos voos aéreos, novo cadastro para o IPTU do município, que vai tornar mais completo, mais fidedigna a base de cálculo, o valor venal dos imóveis e, aí sim, fazer um ajuste também nas alíquotas, mas isso me parece um programa que demanda um pouco mais de tempo, eu sei que tem representantes aqui dos auditores que estão trabalhando neste projeto e acredito que para 2018, 2019, tenhamos condições de aprovar esta planta genérica. Com

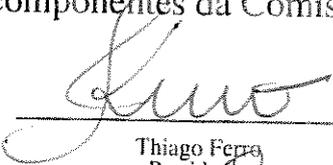
relação ao ITBI, eu já adianto que nós pretendemos mudar também algumas coisas, aumentar as isenções, eliminar aquela faixa de 2,4%, modificando um pouco aquele projeto de lei que havia sido enviado à Câmara, e no ISS são ajustes necessários. Nós precisamos ajustar os planos de saúde. Os planos de saúde conseguiram na Justiça deduções de 80, 90% da base de cálculo e tem uma alíquota de 2%, enquanto nas outras cidades, a exemplo de São Paulo, acho um ótimo exemplo que o Professor Euler revisitou aqui, as alíquotas são maiores. Então, não é possível que Curitiba, com o tamanho de cidade que tem, com as obrigações que tem, continue com um tratamento diferenciado e ainda assim sofrendo os efeitos de decisões judiciais, que são normais, são da natureza acontecer. Mas precisamos também ter mecanismos que assegurem a arrecadação para o município. Eu fico à disposição depois e nas próximas reuniões, para também falar sobre estas medidas especificamente da tributação.- O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra os Vereadores Pier, Goura e Tito Zeglin.- O Sr. Pier Petruzzello:- Bom, já encaminhando para o fim. Cumprimentar também a Dani que está aqui, da CGM, o Gil que estava presente, toda a equipe da Finanças, ao Presidente Thiago Ferro pela condução. O Secretário Puppi é o Secretário junto com o Luiz Fernando Jamur, que mais veio a esta Casa nesse ano todo, foram mais de quatro vezes, quatro vezes aqui presente, isso é muito bom. Dizer que para mim o dado que mais chama atenção é quando você tem um cenário de crise, quando você tem um plano de recuperação, votar nesta Casa com toda a coerência, em que pese as ameaças, em que pese tudo aquilo que aconteceu e hoje a cidade, sem demagogia, caminha para um patamar mais tranquilo, o senhor conseguiu pagar seiscentos fornecedores até trezentos mil reais. Quando o sujeito consegue com a equipe, com crise, pagar seiscentos fornecedores até trezentos mil, eu fico imaginando aquele sujeito que estava na ponta com uma dívida, com crédito de quarenta mil, trinta mil, estava fechando a empresa. É para esse olhar, o registro que agora eu faço, dessa gestão que pensa nos pequenos, porque se fala muito dos grandes aqui. Quando aprovamos esse plano de recuperação já pensando nisso também, esta Casa teve uma responsabilidade e quero cumprimentar todos os que votaram favoráveis, com coragem, porque hoje tem seiscentos credores em Curitiba que já receberam. Já receberam! São pequenas empresas! São trezentas empresas que poderiam estar fechando na Cidade de Curitiba e que conseguimos, com o plano aprovado aqui nesta Casa, graças a Deus, que essas empresas não fechassem. Então, meu amigo Puppi, quero deixar claro o compromisso desta Casa com a Cidade de Curitiba, com o senhor e a sua equipe, porque foi através deste plano que também, não só isso é verdade, conseguimos fazer com que muita gente que estava chorando e eu conheci pessoas chorando, tem empresários com dívida de vinte mil reais que não receberam, oito mil reais que não receberam. E esses seiscentos hoje, graças a Deus, e com certeza alguns já devem ter fechado, porque com certeza não deu tempo. Mas, em nome desses seiscentos credores, agradeço ao senhor, a Cidade de Curitiba e o Prefeito pelos esforços que tem feito na Cidade de Curitiba. Era só esse registro.- O Sr. Goura:- Obrigado. Faço uma saudação ao Secretário Puppi, que mais uma vez está aqui prestando contas e apresentando os dados da gestão. Acho que duas questões apenas, ficamos sempre à mercê desse jogo de empurra-empurra de mudança de gestão. A gestão Fruet fez o pagamento da construção de Faróis do Saber, da primeira gestão Rafael Greca, de vinte anos atrás. A gestão Fruet também iniciou com o mesmo discurso de que estava recebendo uma herança de dívidas, que a Vereadora Noemia Rocha levantou. A gestão Greca começa com esse mesmo discurso também, baseado em fatos. Eu apresentei para o Vereador Pier Petruzzello, ainda que informalmente, e espero que possamos oficializar essa proposta com um projeto de lei que cria uma comissão de transição temporária de gestão, para que possamos ter, de uma vez por todas, um acompanhamento imparcial da mudança de gestão do Executivo. Acho muito complicado a Câmara ficar à mercê desse desequilíbrio, dessa falta de clareza e de transparência dos dados. E a gente daí usa o discurso como a gente quer, a gente usa os dados como a gente quer. Faço aqui publicamente o convite ao Vereador Pier para que possamos apresentar esse projeto juntos e também a todos os Vereadores

que queiram assinar. A ideia é uma comissão de transição temporária, que acompanhe a mudança de gestão, quando ocorrer o pleito do Executivo. Secretário, uma pergunta específica, o senhor falou da Urbs, que algumas ações estão sendo discutidas. Tivemos uma redução na tarifa técnica, tivemos desde o início do ano o aumento de cinquenta centavos e a tarifa mais cara do Brasil está aqui na nossa cidade. Temos 25% da frota com idade vencida e não temos clareza dos dados. A Gazeta do Povo mostrou aqui "O silêncio da Prefeitura fortalece a caixa-preta da Urbs". Então, gostaríamos muito de mais clareza, de mais transparência na condução dessa gestão e que a gente possa saber, de fato, o que vai acontecer. O recurso do FUC eu lembro, se for utilizado para comprar ônibus novos, estaremos comprando uma frota pública. A depreciação está prevista na passagem, então, se vamos ter uma frota pública, teremos uma nova situação, um novo paradigma. A pergunta especificamente é essa, a opinião do senhor sobre essa proposta de lei e a possibilidade de termos mais transparência na questão da Urbs.- O Sr. Pier Petruzzello:- Só lembrando que o Secretário é de Finanças e não da Urbs, mas com certeza vai responder a pergunta e é bom que fique claro isso.- O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Tito Zeglin.- O Sr. Tito Zeglin:- Depois da preleção do Líder do Prefeito, só quero dizer que nós estamos aqui, vejam só, o Pier pediu para continuar a Sessão, a situação está incerta e todo mundo foi embora. Nós estamos em nove aqui, e continuo dizendo que a unanimidade é burra, tem que ter oposição também, e votamos com a consciência. Secretário, não quero ser repetitivo, só quero dizer uma coisa, você foi escolhido, não pelos seus olhos belos, pela barba aparada, mas porque você tem competência. Você tem competência! O Prefeito Rafael Greca viu na sua pessoa alguém que venha resolver os problemas das finanças, porque isso veio lá da gestão do Ducci, que passou para o Fruet, e o Fruet passou para o Greca, e eu quero estar vivo para ver como vai ficar daqui a três anos, porque a gente pensa que dias melhores virão, mas tudo indica que a situação vai ficar cada vez mais de mal a pior, e o senhor sabe muito bem disso. Tudo já foi falado, mas uma coisa que o senhor poderia nos esclarecer, não sei se o Vereador Jairo Marcelino comentou, é a respeito das emendas, se sobrou algum resto de dinheiro para o senhor fornecer lá para o Vice-Prefeito, para ele cumprir com algumas ruas, porque nós conversamos com moradores, apresentamos as emendas e até agora nada! Emenda para máquina recicladora. Por exemplo, a Rua Odair Pazello, que é uma emenda minha e, pelo que eu estou sabendo, esse ano não vai ser cumprida. É um desastre, porque precisamos de uma obra dessa natureza, porque isso já foi prometido lá atrás. Então, se tiver uma sobra, por favor, designe lá para a Secretaria de Obras, para a gente poder cumprir, porque cumprindo com isso, quem cresce, na verdade, é o Prefeito, que não está muito bem nas pesquisas na periferia da Cidade. Mas, com essas obras ele vai recuperar, porque ele tem competência também.- O SR. PRESIDENTE:- Antes de passar a palavra ao Secretário, já se esgotaram os trinta minutos, mas ainda temos dois visitantes inscritos, o Ivonel e o Roberto. Com a palavra o Secretário.- O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Presidente. Agradeço o Vereador Pier, parabenizando-o também pela liderança, pela parceria com a Prefeitura Municipal, por entender de fato o momento sensível que foi no início do ano. Não quero dar aqui ares de tranquilidade, porque temos um desafio grande em 2018 também na parte orçamentária, mas temos a certeza que vamos contar novamente com o brilhantismo do Líder do Governo. Com relação as perguntas do Vereador Goura, essa questão das dívidas das gestões, que vêm e voltam, o que eu posso dizer é da dívida que de fato nós recebemos, e que foi atestada pelos núcleos financeiros, inclusive que eram da gestão anterior. O que quer me parecer é que se houver de fato uma prestação de contas efetiva, que é o que nós temos procurado fazer aqui, com dados verdadeiros, sem esconder aqueles sistemas paralelos que precisamos jogar e nos livrar de vez, aí sim não vai haver qualquer problema, porque não é problema ter restos a pagar. Restos a pagar são orçamentários. O que não podemos ter são restos sem caixa, porque daí houve uma fraude talvez na estipulação da receita, ou também despesa sem empenho. É claro que às vezes pode acontecer uma ou outra situação, mas não

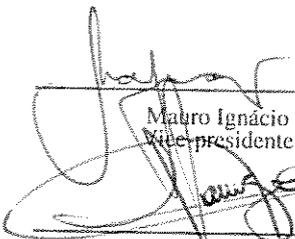
de forma sistemática como vinha acontecendo. E esse talvez seja, como eu disse ao Presidente, o tema mais caro, a fiscalização por parte da Câmara Municipal. Com relação os Faróis do Saber, não sei como foi financiado, se foi uma operação de crédito, como eu disse, se foi de fato restos a pagar, ou se foi uma operação de crédito, enfim, me parece que não há problema, porque para os restos deve haver caixa. Então, tem que tomar algum cuidado em como cada situação é tratada. Quando falamos em 1.2 bilhão de reais que foi deixado, são despesas correntes que não foram pagas na gestão passada. O que são essas despesas correntes que não foram pagas? Porque se diz também que se confundiu aqui a dívida, seiscentos e quatorze milhões sem empenho, duzentos e vinte e oito milhões de restos a pagar sem caixa, e aquelas dívidas da previdência, que deveriam ter sido pagas, são os aportes que deveriam ter sido pagos e não foram. Então, isso foi uma dívida gerada de despesa corrente do Município, na gestão passada, no valor de 1.2 bilhão, faço questão sempre de esclarecer. Com relação à Urbs, de fato esse embargo do Presidente responder melhor por ter a capacidade de responder essas perguntas de uma forma mais completa. O que me parece é o seguinte: existe uma decisão do Tribunal de Contas que estipulou uma diminuição da tarifa técnica a ser repassada para as empresas, e essa decisão foi publicada há cerca de três, quatro semanas, não me recordo, existe de fato uma diferença da tarifa técnica e a tarifa praticada ao passageiro, e essa diferença é que deve bancar a aquisição de uma frota nova, seja uma frota pública, como V. Ex.^a mencionou, ou seja também pelas próprias empresas que são obrigadas sim a fazer essa aquisição, mas estão desobrigadas por força de uma decisão judicial. O fato é que quando houver um acordo, e eu espero que isso ocorra em breve, essas empresas deverão comprar com a majoração da tarifa técnica, porque é claro que a tarifa técnica do jeito que está hoje não permite a aquisição de uma frota nova pelas empresas. Essa diferença do FUC - e o FUC de fato tem uma diferença - se não for utilizado pelas empresas, certamente será para a aquisição de uma frota pelo Município de Curitiba. Mas essas questões, estou me atrevendo a falar alguma coisa, mas de fato cabe mais ao Presidente da Urbs. Com relação às questões do Vereador Tito Zeglin, agradeço a menção, acho que esse é um trabalho em conjunto da Secretaria de Finanças da Prefeitura, da Secretaria de Governo, enfim, mas é um início de trabalho. E V. Exa está muito correto quando diz: vamos ver daqui a três ou quatro anos, porque um trabalho dessa forma se desmancha em um mês, se for o caso. Então, é preciso uma vigilância constante sim, e de fato estamos dispostos a isso. Agradeço de coração essas menções, ainda que ache que não sou tão merecedor assim. Acredito até que dias melhores virão, porque de fato os juros estão baixando de uma forma um pouco mais sustentável. O panorama político é que é complicado no Brasil. Mas temos uma inflação muito baixa. Hoje é de 2.77% a previsão dos últimos doze meses, então há um equilíbrio, precisamos reconhecer isso, independentemente de convicções ideológicas ou políticas. De fato, existe uma base aí que nos dá alguma esperança de que vai melhorar. Com relação às emendas, existe um contingenciamento das emendas em razão até do começo do ano. Vamos procurar tratar junto com a Secretaria de Governo, a destinação desses recursos. Então, acho que podemos ter, de fato, alguma posição aí nos próximos dias, com relação a essas emendas.- O SR. PRESIDENTE:- Sr. Ivonei - Sinfisco. (Pausa). Abre mão. Passamos então para o Roberto, do Sigmuc.- O Sr. Roberto:- Novamente bom dia a todos. Como sempre digo, as apresentações infelizmente não são auditadas, a Secretaria de Finanças utiliza um modelo ora em porcentagem ora em números nominais, e isso causa uma certa confusão, mas enfim, do ponto de vista estético muito bem feito. Gostaria também de aconselhar o Secretário que não se empolgue muito com os elogios, porque na gestão passada eu participava aqui e vários Vereadores elogiavam a antiga Secretária de Finanças e hoje estão falando mal dela. Mas, enfim, em 2007 o Banco Santander comprou o direito de gerenciar os pagamentos dos servidores de Curitiba por cento e quarenta milhões de reais, e isso está em matéria da Gazeta do Povo, eu não acompanhei o contrato. Em 2017, num período exatos de dez anos, dez anos que calculei que a inflação oficial girou em torno de 100% nesses dez anos,

mas vamos ficar com 50%, a Caixa Econômica pagou pelo mesmo serviço à Prefeitura, cento e vinte milhões de reais, ou seja, houve uma dispensa de licitação e eu não entro no mérito, mas não foi feita uma concorrência. Essa concorrência poderia ter injetado, talvez, mais dinheiro no caixa da Prefeitura. O Secretário de Finanças, em todas as suas visitas nesta Casa, desculpe o uso do termo, apresenta dados sempre apocalípticos em relação ao contexto. Gostaria de perguntar primeiramente: Se houvesse uma concorrência, não poderia ter sido ganho mais dinheiro com outro banco ou até mesmo com a Caixa Econômica Federal, ou Banco do Brasil, que são bancos públicos, ao invés de ser feita esta escolha direta pela Caixa Econômica Federal, independente da questão legal? A segunda pergunta: O certificado do registro previdenciário, a Prefeitura conseguiu, através de uma liminar, isso pode cair a qualquer momento, o Secretário Advogado sabe, tem vários advogados aqui. Foi aprovado uma lei que reparcelou o crédito com o IPMC em trinta e cinco anos, deu toda aquela confusão, agora entrou um novo projeto para diminuir para duzentos meses. Houve um equívoco? O SR. VITOR PUPPI:- Agradeço as perguntas e dispense as colocações com relação aos dados apocalípticos, porque são dados verdadeiros, estão no Portal da Transparência, dados que são informados à Secretaria do Tesouro Nacional e a fonte é essa. Quero deixar bem claro nesse sentido, que todos os dados tem respaldo nos dados públicos do Município, é só pesquisar para olhar. Com relação à folha de pagamento, o valor pago pelo Santander não foi de cento e quarenta milhões de reais, nem atualizados, me parece isso, a checar que foi em torno de oitenta a noventa milhões de reais, que atualizados chegaria - fizemos o cálculo obviamente - num valor menor do que o valor ofertado pela Caixa Econômica Federal, que também não foi de cento e vinte, foi no somatório de cento e trinta e um milhões de reais, considerando patrocínios já comprometidos pela Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil, formalmente abdicou de participar desse pleito, o Município tem pela Lei nº866 a capacidade de contratar, sem licitação, o banco público. Aliás, existia um certo pedido dos sindicatos, para que a gestão da folha de pagamento fosse para o banco público e agora que é para o banco público, talvez, se peça que volte a ser o Santander ou Itaú, mas isso faz parte da crítica em si. O contrato da Caixa Econômica Federal foi vantajoso, o Ministério Público recentemente arquivou, inclusive, um pedido de providências sobre a legitimidade dessa contratação, entendendo que a contratação se justificava do ponto de vista econômico. A Caixa Econômica Federal é uma parceira do Município e, estrategicamente, pode sim trazer benefícios aí, até pela relação direta com o Governo Federal. E o que esperamos é que Curitiba, de fato, seja melhor atendida, vamos dizer assim, com a Caixa Econômica Federal. O Santander também foi um banco parceiro nesses últimos anos e também nos dispensou a atenção toda, não temos nenhuma queixa com relação ao Santander. Com relação à certidão de regularidade previdenciária, é verdade que o Município ingressou com uma ação judicial e o juiz, concordando com os argumentos do Município, determinou a concessão dessa certidão, mas também é verdade que, mesmo na esfera administrativa, a Secretaria da Previdência dos Regimes Próprios, também concedeu a certidão. Então, a liminar está lá, mas também temos uma decisão administrativa que concede a certidão. Então, o Município está duplamente garantido com relação à certidão de regularidade previdenciária.- O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Secretário Vitor Puppi e a toda sua equipe, a Diretora Aline Bogo e toda sua equipe, aos servidores da Câmara Municipal, Comissão de Finanças, Plenário, Cerimonial, Comunicação, Segurança, Vereadores que permaneceram: Bruno Pessuti; Noemia Rocha; Professor Euler; Cacá Pereira; Marcos Vieira; Felipe Braga Côrtes; Jairo Marcelino; Oscalino do Povo; Dona Lourdes; Rogério Campos e também ao nosso Presidente Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto) e Hélio Wirbiski.- O Sr. Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto):- Queria fazer um elogio a V.Exa. pela coerência da Sessão e também parabenizar aos Vereadores, porque nos últimos tempos esta audiência foi uma das mais concorridas e aqui percebe-se a vontade e a participação dos Vereadores. Muito obrigado! O SR. PRESIDENTE:- Está encerrada esta audiência às 12h40min.

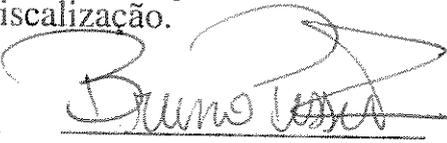
Do que para constar eu, Edson Rebello, Redator, lavrei a presente Ata de acordo com as notas taquigráficas, a qual será lida e assinada pelos Vereadores componentes da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.



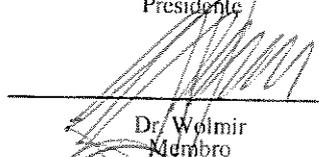
Thiago Ferro
Presidente



Mauro Ignácio
Vice-presidente



Bruno Pessuti
Membro



Dr. Wolmir
Membro



Ezequias Barro
Membro



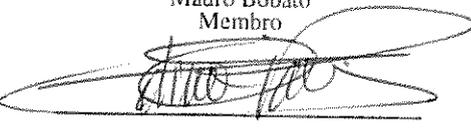
Mauro Bobato
Membro



Paulo Rink
Membro



Professora Josete
Membro



Sabino Picolo
Membro